



António Silva Leal
FUNDAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

**RELATÓRIO DE GESTÃO E
ACTIVIDADES
2021**

Manoel
8

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
REGIÃO DO ALGARVE	4
CENTRO INFANTIL O BÚZIO	4
REFEITÓRIO SOCIAL O BÚZIO	6
ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL	7
CRECHE OS AMENDOINHAS	8
EQUIPAMENTO NOSSA SENHORA DA VISITAÇÃO	10
UNIDADE DE LONGA DURAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ALBUFEIRA	12
SERVIÇOS DE FORMAÇÃO	15
REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO	23
ERPI QUINTA DO OITÃO	23
CRECHE "ALGODÃO DOCE"	25
OUTROS INDICADORES DE GESTÃO	27
GESTÃO DE UTENTES	27
RECURSOS HUMANOS	28
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA E PRESTAÇÃO DE CONTAS	33
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, ACTAS E PARECERES	40

54
12
S

INTRODUÇÃO

No cumprimento das suas obrigações legais e estatutárias, vem a Fundação António Silva Leal apresentar as principais actividades desenvolvidas, por Equipamento Social, durante o ano de 2021.

Ao longo do presente relatório, serão evidenciadas e identificadas as diferentes formas de caracterização, resultantes do âmbito nacional da acção e da sua interacção com as características específicas de cada tipologia que cada uma das respostas sociais apresenta na participação sistémica.

O âmbito desta influência fundacional encontra-se plasmado nas cinco zonas geográficas de implementação onde a Fundação tem a sua intervenção mais incisiva, sendo que no seu final, estabeleceu-se uma abordagem ao quadro geral de utilizadores, distribuídos pelas actividades desenvolvidas, bem como uma acoplagem à caracterização dos seus recursos humanos.

Serão ainda apresentados os elementos contabilísticos e financeiros da Fundação, nomeadamente as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2021, bem assim como alguns rácios que evidenciam a situação financeira da Instituição.

NSL
ML
D

REGIÃO DO ALGARVE

----- CENTRO INFANTIL O BÚZIO -----



O Centro Infantil tem como objectivo principal dar uma resposta de qualidade no âmbito socioeducativo, proporcionando às crianças condições adequadas a um crescimento saudável e oferecendo aos pais a tranquilidade de saberem que os filhos estão num ambiente seguro, controlado, estimulante e promotor de um desenvolvimento harmonioso. Tendo em conta o processo evolutivo das crianças, prima-se pelo atendimento personalizado e de estreita colaboração com as famílias, numa partilha de cuidados e responsabilidades.

Em colaboração com os outros Equipamentos da área da Infância da Fundação, este Centro Infantil dispõe de um sólido projecto pedagógico e de uma equipa de profissionais qualificados, experientes, motivados e empenhados em proporcionar todo o tipo de situações pedagógicas, fomentando o questionamento crítico da criança, a exploração e resolução cooperada de problemas promovendo desta forma a autonomia, a iniciativa e a responsabilização.

O Centro Infantil O BÚZIO dispõe das respostas sociais de Creche e Pré-Escolar e é composto por:

Creche:

- 1 Sala de aquisição da marcha – 2 anos com capacidade para 10 crianças;
- 1 Sala de 2-3 anos com capacidade para 15 crianças.

Pré-Escolar:

- 5 Salas heterogêneas com capacidade para 105 crianças.

Handwritten signature/initials.

Enquadramento

Sempre na óptica da manutenção do elevado grau de satisfação e expectativa dos seus clientes, o Centro Infantil O BÚZIO mantém a sua boa imagem na comunidade educativa do concelho de Albufeira que o coloca como um equipamento de referência e de primeira escolha no que se refere à Educação na Infância.

Foi neste contexto que a equipa encarou mais um ano de prestação de um serviço de qualidade onde a colaboração com os encarregados de educação assume um papel fundamental no desenvolvimento das mais variadas actividades e, por conseguinte, nos resultados das mesmas no processo educativo dos seus educandos.

Dinâmica e Organização do Equipamento

- Ano lectivo 2021/2022: Para o ano lectivo 2021/2022 foram admitidos 16 utentes em Creche e 41 utentes em Pré-Escolar.
- Reuniões de Pais: Este ano, retomando as reuniões presenciais e talvez porque ainda nos encontramos em contexto de pandemia, verificou-se novamente um decréscimo significativo na participação dos Encarregados de Educação com uma participação de 68,4%, sendo que o máximo verificado no Equipamento foi em Outubro de 2019 com o total de 83%.
- Requalificação das instalações: No intuito de conclusão do processo de requalificação primária no interior do Equipamento, foi efectuado um levantamento das necessidades ao nível do equipamento lúdico e pedagógico nas salas de Creche e Pré-escolar. Neste sentido, foram adquiridos vários equipamentos lúdicos para as salas de forma a promover o máximo de experiências pedagógicas aos utentes.

Actividades Realizadas

- Actividades normais e decorrentes das comemorações das datas festivas (Natal, Carnaval, Páscoa, *Halloween*, Dia do Pai, Dia da Mãe);
- Realização da Festa de Natal nas nossas instalações;
- Realização de uma actividade comemorativa do Final do Ano Lectivo;
- Realização da Festa dos Finalistas de Pré-Escolar;
- Decoração do espaço exterior com a temática da Páscoa e do Natal;
- Realização de Evento comemorativo do Dia da Criança;
- Realização de Evento comemorativo da Páscoa;

De referir que muitas das actividades que normalmente seriam realizadas foram canceladas devido às restrições associadas à COVID-19, nomeadamente as visitas de estudo programadas em Plano Anual de Actividades do Equipamento.

Handwritten signature:
H+J
RM
S

REFEITÓRIO SOCIAL O BÚZIO

Seguindo o objectivo macro de ajudar e intervir na sociedade, a Fundação criou o Refeitório Social O BÚZIO em Julho de 1996, visando constituir um apoio social de primeira linha a pessoas em situação de extrema carência económica e social, sejam elas pessoas sem-abrigo ou em risco de marginalização, pessoas com incapacidade para assegurar as suas necessidades básicas de forma temporária ou permanente.

O Refeitório Social disponibiliza vários serviços aos utentes a que presta apoio, que estão compreendidos entre: apoio alimentar, que se caracteriza por um apoio a nível de refeições confeccionadas ou em géneros alimentares; higiene pessoal, que se traduz em disponibilização de balneários, e todos os artigos necessários para uma higiene por inteiro; o apoio de vestuário que, como o nome indica, caracteriza-se pela entrega de artigos de roupa, mantas e calçado. Procura ainda estabelecer um processo de comunicação que, visa a realização de um diagnóstico social e concretização de um projecto de vida de inclusão social.

O Refeitório Social constitui uma resposta social para a população economicamente desfavorecida, proporcionando no transacto ano, um conjunto de apoios de âmbito social, que a seguir se enumeram:

- Foram servidas, em média, cerca de 50 refeições diárias, constituídas por sopa, prato quente, bebida, pão e sobremesa, acrescida de lanche ou de jantar (caso possuam casa onde possam acondicionar a refeição);
- Facultada a realização de higiene pessoal a pessoas sem-abrigo ou que não possuem condições habitacionais, com disponibilização de gel de banho, champô, pasta e escova de dentes, toalhas, lâminas e gel de barbear, entre outros produtos;
- Foi criado um balneário masculino que conseqüentemente reflectiu-se num acréscimo de banhos diários;
- Entregues, semanalmente, géneros alimentares a famílias carenciadas para confecção de refeições no seu domicílio;
- Foi organizado um "Banco de Roupas", no qual foram recolhidos donativos de artigos de vestuário que foram distribuídos pelos beneficiários do Refeitório Social;
- Participação activa nas Campanhas do Banco Alimentar Contra a Fome (devido à situação pandémica realizou-se apenas a campanha de Dezembro);
- Recolha de donativos (géneros alimentares) semanalmente no Banco Alimentar Contra a Fome de Portimão;
- Realização de um almoço de Natal para os Sem-abrigo que, devido à situação, não se pôde efectuar nas instalações, porém, todos os utentes levaram as suas refeições;
- Distribuição mensal de cabazes alimentares a 150 famílias carenciadas;
- Recolha de donativos, através de entidades privadas (Continente e Pingo Doce) com o objectivo de minimizar/colmatar as necessidades básicas dos utentes;
- Parceria com a Junta de Freguesia de Albufeira para atribuição de 120 cabazes alimentares, a famílias carenciadas no decorrer do mês de Dezembro.

Atendendo ao acentuado crescimento populacional do concelho de Albufeira, fruto da forte atractividade deste território, o que conjuntamente com razões específicas da conjuntura socioeconómica actual, permite compreender a confluência de indivíduos ou famílias sem retaguarda familiar aumentando os riscos de exclusão social face a contextos de sazonalidade do emprego, baixas qualificações escolares e/ou profissionais, problemáticas estas onde se foca a actividade desta resposta social.

Torna-se ainda importante salientar que, desde 2015 e de acordo com o aumento populacional e de situações de extrema carência e exclusão social, e vislumbrando a Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem Abrigo, o Refeitório Social, em conjunto com a Câmara Municipal de Albufeira e outras instituições do concelho, convergiram esforços e iniciaram a criação de um grupo de intervenção e acompanhamento de pessoas em situação de sem-abrigo, para que de uma forma unida e responsável, o concelho esteja capacitado de uma resposta correta e rápida a estas situações de flagelo social. Assim, desde Novembro de 2020, a FASL integra o Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo de Albufeira (NPISA), fazendo parte quer do Grupo Operacional quer do Grupo Estratégico. O NPISA visa apoiar as pessoas que se encontrem em situação de sem-abrigo com o intuito de monitorizar, acompanhar e intervir junto desta população.

A par deste grupo de trabalho, a Fundação está também representada no Núcleo Alargado e Executivo do Conselho de Acção Social de Albufeira – Rede Social, como entidade parceira, dando o seu contributo para o desenvolvimento social do concelho. A Rede Social tem por base a erradicação da pobreza e da exclusão social, com vista à promoção do desenvolvimento social.

Por fim, a Fundação tem também representação no Núcleo Local de Inserção da Segurança Social de Albufeira (NLI), que tem como competências acompanhar o desenvolvimento das acções previstas no contrato de inserção dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção do concelho.

----- ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL -----

Esta resposta social, que possui uma ligação muito forte com a acima descrita, tem como objectivo primordial atender e acompanhar os indivíduos encaminhados para o Refeitório Social. São identificados os problemas/situações desfavoráveis para a plena concretização de um projecto de vida coeso, e pretende-se a minimização/resolução dos mesmos, através do encaminhamento para diversas instituições/serviços do concelho de Albufeira.

Através da presente resposta social, em articulação com as outras distintas instituições do concelho, foi possível a integração de alguns utentes do Refeitório Social em condição de sem-abrigo em Alojamento de Acolhimento Temporário e em Comunidade Terapêutica. Em contexto, também, de atendimento conseguiu-se sinalizar, encaminhar e responder a situações de vulnerabilidade social, nomeadamente ausência de rendimentos, carência alimentar, desemprego, entre outros.

----- CRECHE OS AMENDOINHAS -----



Inexoravelmente marcado pela Pandemia COVID-19, 2021 caracterizou-se pela necessidade de grande flexibilidade e contínuas adaptações à mudança. As implicações desta crise pandémica foram da maior relevância, desde logo nas consequências dos diferentes confinamentos que acarretaram uma vertiginosa passagem para o Ensino Não Presencial, com tudo o que isso significou de transformação e adaptação de recursos e capacitação de pessoas, bem como das dificuldades introduzidas no sucesso dos processos de ensino/aprendizagem. Esta crise pandémica global, desejavelmente em vias de ser superada do ponto de vista sanitário em virtude das medidas de Saúde Pública, entretanto adoptadas, deixará um profundo rasto de uma crise socioeconómica, também ela global. Esta envolvente dificulta um planeamento adequado e impõe às organizações a necessidade de maior capacidade adaptativa e maior resiliência.

1. Actividades Realizadas

- **Setembro** – As integrações, de quase todas as salas (excepto berçário 3);
- **Outubro** – As reuniões de pais e comemoração da chegada do outono;
- **Novembro** – Dia 11 de Novembro festejou-se “O São Martinho”;
- **Novembro** – Dia 20 celebrou-se “O Dia do Pijama”;
- **Novembro** – Dia 6 Janeiro comemoração do Dia dos Reis com uma peça de teatro;
- **Janeiro** – 21 de Janeiro e até 15 de Março, as respostas de infância estiveram encerradas por decreto governamental;
- **Março** – Dia do pai – 19 de Março;
- **Março** – Festejou-se a Páscoa com a decoração dos espaços;

Handwritten signature

- **Abril – No dia 5**, realizou-se uma peça de teatro com empresa MagiMax, e fez-se a caça aos ovos e tivemos a visita do coelhinho da Páscoa;
- **Abril – 14 Abril** iniciaram-se as actividades extracurriculares Babyoga e Expressão Musical;
- **Abril –** Reuniões de avaliação com os encarregados de educação;
- **Maio –** Dia 3 Maio, celebração do Dia da Mãe;
- **1 de Junho –** Comemoramos o Dia Criança;
- **4 de Junho –** Festejamos o Dia da Paz;
- **7/8/9 de 10 de Junho –** A ServiFoto veio tirar as habituais fotografias aos utentes;
- **15 de Julho –** Festa Final de Ano;
- **16 de Julho –** As avaliações,
- **Primeira semana do Agosto –** Realizaram-se as reuniões do próximo ano lectivo 21/22;
- **Agosto –** Actividades de Verão.

2. Actividades Não Realizadas (com os pais)

- **Dezembro –** Dia 16 Dezembro – A Festa de Natal;
- **Janeiro –** O Dia dos Reis - Dia 6 Janeiro;
- **Fevereiro –** O Carnaval;
- **Fevereiro –** Avaliações do primeiro semestre;
- **Março –** Dia do Pai 19 de Março;
- **Maio –** No Dia da Mãe;
- **1 de Junho –** No Dia Criança;
- **4 de Junho –** Festejamos o Dia da Paz;
- **15 de Junho –** Festa Final de Ano;
- **Maio –** No dia 3, comemoração do Dia da Mãe;
- **15 de Junho –** Festa Final de Ano;

3. Actividades Não Realizadas com Parcerias Externas

- **Novembro –** As habituais fotografias escolares com a ServiFoto;
- **Dezembro –** A Festa de Natal com a Câmara Municipal de Albufeira;
- **Fevereiro –** O carnaval com a Câmara Municipal de Albufeira, as diferentes IPSS do concelho de Albufeira e Academia dos Marinheiros.
- **Março –** O Dia Pai;

4. Execução do Plano Anual de Actividades / Avaliação Global

O ano 2021 foi um ano de profundas mudanças e transformações, marcado pela pandemia Covid-19, fez com que a as instituições procedessem a uma:

- Uma readaptação, devido ao contexto da pandemia COVID-19, os seus impactos ultrapassaram as questões de saúde pública tiveram fortes repercussões na vida social, mais desemprego;
- A um reajustamento das mensalidades de alguns utentes – devido ao desemprego de várias famílias;

Handwritten signatures and initials.

- Reforço do número dos recursos humanos na resposta social que se manteve em funcionamento;
- A uma reorganização as suas equipas;
- Implementação das medidas de prevenção e controlo de combate Covid-19,
- Moires custos;
- A uma suspensão dos serviços (provocando grandes repercussões na instituição);
- O ensino presencial e o ensino à distância, na sequência do encerramento das escolas devido ao Covid-19;

Em suma, o Plano Anual de Actividades, foi cumprido apesar das circunstâncias do COVID 19, os objectivos e as actividades do Projecto Educativo/ Pedagógicos foram conseguindo com sucesso.

----- EQUIPAMENTO NOSSA SENHORA DA VISITAÇÃO -----



O Lar NOSSA SENHORA DA VISITAÇÃO localiza-se na freguesia da Guia, concelho de Albufeira e destina-se à população sénior. A gestão do edifício foi cedida à Fundação, através de protocolo, pela Câmara Municipal de Albufeira em 1997.

Situa-se numa zona de características rurais, onde é possível avistar espaços verdes e usufruir de um ambiente calmo e sereno, tornando-se deste modo num local apazível e acolhedor.

Dirigido a toda a população sénior e privilegiando sempre os mais carenciados, proporciona aos seus utentes a possibilidade de viver com dignidade e qualidade a fase mais vulnerável das suas vidas e de os proteger de situações dramáticas de exclusão social.

A sua missão é promover a prestação de serviços humanizados e de qualidade aos utentes, garantindo a resposta às suas necessidades biopsicossociais, tendo como valor principal a ética e o respeito pelo utente.

Este Equipamento desenvolve várias actividades de apoio à população sénior, através das respostas sociais de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário.

O ano 2021 foi um ano atípico devido à Pandemia por COVID-19, vivida não só dentro deste

Handwritten signature and initials.

equipamento como por toda a sociedade. Este facto obrigou-nos a tomar procedimentos que levaram a um corte radical com o exterior, o que se traduziu na suspensão e reorganização de algumas actividades programadas, bem assim como a suspensão dos serviços inerentes à reposta social Centro de Dia. Deste modo, durante o ano de 2021 foram concretizadas as seguintes acções:

Actividades de Animação:

Estas actividades foram desenvolvidas em grupos muito restritos, tendo em conta sempre as orientações emitidas pela DGS (distanciamento e higienização regular das mãos)

- Dia das Bruxas (comemoração do Halloween)
- Dia de S. Martinho (convívio com os utentes no exterior com castanha assada)
- Elaboração de Árvore de Natal para participação no concurso em exposição na Junta de Freguesia da Guia com o tema "Natal Ecológico "
- Festa de Natal (realizada apenas com os colaboradores e utentes)

Para além das acima referidas foram também realizadas actividades semanais tais como jogos, música, cuidados de imagem, celebração de aniversários, entre outras.

Requalificação das Instalações:

Foi substituído o elevador de acesso ao primeiro andar permitindo aos utentes com dificuldade de mobilização uma maior autonomia.

Reforço do Quadro de Pessoal:

Na sequência da criação do Programa MAREESS a Fundação apresentou duas candidaturas para admissão de trabalhadores/voluntários para exercerem actividade socialmente útil com as funções de Auxiliar de Acção Directa e Auxiliar de Serviços Gerais.

Estiveram em exercício 15 trabalhadores que permitiram o reforço do quadro de pessoal com o n.º de trabalhadores necessários ao funcionamento dos três turnos, aquando do surto por COVID-19 registado neste equipamento em Janeiro e que se prolongou até finais de Março.

Durante o ano de 2021, tendo em conta as várias limitações na execução das actividades devido à Pandemia, conseguiu-se a implementação de um conjunto de actividades, tendo sempre em conta as necessidades dos idosos e a qualificação dos serviços prestados.

----- UNIDADE DE LONGA DURAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ALBUFEIRA -----



A Unidade de Longa Duração e Manutenção de Albufeira – ULDMA visa dar apoio a pessoas com doenças ou processos crónicos, com diferentes níveis de dependência que necessitam de cuidados clínicos, de manutenção e de apoio psicossocial em regime de internamento de longa duração.

No âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados – RNCCI, a Fundação, em parceria com a Administração Regional de Saúde do Algarve e o Instituto de Segurança Social, inaugurou em Novembro de 2007 este Equipamento.

A ULDMA é uma unidade de internamento, de carácter temporário ou permanente, que dispõe de 20 camas, uma Equipa Interdisciplinar (Director Técnico, Médico, Enfermeiro, Fisioterapeuta, Técnico Superior de Serviço Social, Animador Sociocultural, Psicólogo, Auxiliar de Acção Directa) que acompanha, durante o período de internamento a evolução do utente e elabora um plano individual de intervenção conjuntamente com o utente e/ou familiar responsável de forma a garantir uma intervenção e encaminhamento adequados às suas necessidades.

Durante o ano de 2021 com o aumento do número de casos associados à situação pandémica, continuou a verificar-se a importância do cumprimento das medidas preventivas e do plano de contingência bem como do plano operacional das visitas, desta feita manteve-se o investimento com a aquisição de Epi's, de testes de rastreio à SARS COVID-19 para testagem regular dos profissionais e dos utentes (caso apresentassem sintomatologia compatível com COVID-19 ou caso fossem identificados profissionais com COVID-19). A missão de prevenir situações de surto na Unidade foi bem-sucedida, sem registo de surtos, desde o início da pandemia.

A nível da Saúde e Segurança no local de trabalho, durante o último ano deu-se especial destaque e relevância às Medidas de Autoprotecção da ULDMA, neste âmbito realizou-se uma Formação de Segurança contra o Incêndio para Equipa com simulacro, dirigida a alguns elementos da Equipa de segurança e com a participação da Protecção Civil de Albufeira e dos Bombeiros Voluntários de Albufeira.

À semelhança de anos anteriores a higienização das mãos, das superfícies e as boas práticas na manutenção do ambiente seguro, nomeadamente no que concerne à higienização das superfícies,

Handwritten signature/initials.

tratamento de resíduos hospitalares, o controlo das Infecções Associadas aos Cuidados de Saúde (IACS) continuaram a ser áreas primordiais.

Face à situação pandémica, em que o distanciamento de contacto social continuou a ser uma das medidas de combate ao COVID-19, a preservação e manutenção da saúde mental foi, também, um objectivo primordial e nesse sentido, cumprindo as regras de segurança, foram assegurados momentos de partilha, expressão de sentimentos, contacto entre utentes e familiares através de videochamadas (entre utentes e familiares), despedidas (em situações de luto), comemoração de datas importantes e aniversários, meditação, actividades físicas e manuais.

Pontos fortes e reforçados:

- Humanismo e solidariedade na prestação de Cuidados;
- Trabalho em Equipa;
- Qualificação profissional;
- Promoção de iniciativas que promovam o bem-estar físico, psíquico e social dos utentes e dos colaboradores;
- Promoção de Estratégias de *coping* adequadas a situações de *stress* laboral e associados ao contexto pandémico.
- Reforço do trabalho, espírito e união da equipa.

Actividades a desenvolvidas com os utentes:

Fisioterapia/ Animação Sociocultural/ Psicologia

- Actividades de geromotricidade;
- Sessões Individualizadas;
- Acompanhamento Psicológico;
- Estimulação Cognitiva.

Outras actividades realizadas:

- Comemoração dos Aniversários dos utentes;
- Comemoração das Janeiras;
- Comemoração do Dia Internacional do Riso;
- Comemoração do Dia Mundial do Doente (Lanche Convívio);
- Comemoração do Dia Mundial de Luta Contra o Cancro;
- Comemoração do Carnaval - Baile de Máscaras e actividades Lúdicas;
- Semana do Cuidador – Momentos de partilha, Meditação com os cuidadores formais;
- Comemoração do Dia da Família (Lanche Convívio);
- Festa de Verão;
- Comemoração do Dia Internacional da Fotografia;
- Comemoração do Dia Mundial do Acidente Vascular Cerebral (Sessão de Esclarecimento);
- Comemoração do Dia do Coração (Sessão de Esclarecimento);
- Magusto (Lanche Convívio);

Handwritten signature/initials

- Comemoração do Aniversário da ULDMA;
- Festa de Natal (Actuação de colaboradores e utentes).

Formação ULDMA:

No ano de 2021, apesar de se ter retomado às formações internas, para evitar a aglomeração de pessoas e considerando as nossas limitações em termos de espaço físico, as formações foram promovidas com um número limitado de formandos por forma a garantir o distanciamento social aconselhado, as temáticas abordadas foram: Prevenção das IACS: Boas práticas de higiene das mãos e precauções básicas, Ergonomia: Posicionamentos, transferências e posturas, boas práticas na prestação de cuidados – prevenção de eritema da fralda.

ANÁLISE SWOT

S

Strenghts

(Pontos Fortes)

- Humanização dos cuidados;
- Interdisciplinaridade;
- União da equipa;
- Relação interpessoal;
- Qualificação profissional contínua.

W

Weaknesses

(Pontos Fracos)

- Características físicas do edifício;
- Limitações físicas do espaço;
- Pouca divulgação nas redes sociais.

O

Opportunities

(Oportunidades)

- Reforço da relação e coesão da equipa - Outdoors, Actividades *Teambuilding*;
- Promoção de estratégias de *coping* adequadas a situações de *stress laboral*;
- Segurança no local de trabalho – colocar em Prática as MAP da ULDMA.

T

Threats

(Ameaças)

- COVID-19;
- Limitações físicas do espaço;
- Infecções associadas aos Cuidados de Saúde.
- Limitações físicas do edifício.

M. V. S.

SERVIÇOS DE FORMAÇÃO



A Fundação está certificada em nove áreas de educação e formação, tendo-lhe sido reconhecida a qualidade técnica exigida pelo referencial de qualidade do sistema de certificação de entidades formadoras:

- 010 – Programas de base;
- 090 – Desenvolvimento pessoal;
- 146 – Formação de professores e formadores de áreas tecnológicas;
- 482 – Informática na óptica do utilizador;
- 729 – Saúde – programas não classificados noutra área de formação;
- 761 – Serviços de apoio a crianças e jovens;
- 762 – Trabalho social e orientação;
- 811 – Hotelaria e restauração;
- 862 – Segurança e higiene no trabalho.

A actividade formativa desenvolvida em 2021 resultou na execução de um plano de formação de 13.546 horas de volume de formação, nas áreas de formação 090, 146, 729, 761, 762, 811 e 862, tendo sido a formação financiada destinada a activos empregados a que mais contribuiu para a concretização dos objectivos do plano de actividades.

Caracterização da formação desenvolvida

Os Serviços de Formação concebem, planeiam, organizam, executam e avaliam uma diversidade de projectos de formação, financiada e não financiada, nas diversas modalidades. O ano de 2021 representou um decréscimo da actividade de formação, ainda no seguimento da situação pandémica iniciada no ano anterior, tendo-se verificado o receio das entidades/empresas, bem como do público em geral, em frequentar formação profissional sobretudo em regime presencial. O Serviço de Formação investiu nos meios técnicos necessários e adequados para a dinamização da formação e-learning, por forma a dar resposta à crescente procura de formação a distância. Em 2021, a formação financiada

114
m 8

representou uma grande parte do volume de formação executado, tendo-se dado continuidade aos projectos no âmbito das Medidas Extraordinárias de Apoio Covid-19, financiadas pelo IEFP, IP. Retomaram-se as acções de formação da medida Cheque-Formação iniciadas em 2020 e iniciaram-se novos projectos entretanto aprovados. Conseguiu-se ainda realizar algumas acções no âmbito da Campanha 4 Cursos para 40 Horas de Formação em entidades que anualmente contratam os nossos serviços. Sobre a Formação de Formadores verificou-se o aumento da procura de formação para E-Formadores, que têm por objectivo preparar os profissionais para a dinamização de formação a distância, através das plataformas informáticas.

Para a concretização do plano de formação, a Fundação dispõe de uma equipa multidisciplinar, com capacidades demonstradas na gestão de diversos projectos de formação financiados e não financiados, bem como um conjunto de recursos físicos e materiais que viabilizam a realização de actividades práticas potenciadoras de aprendizagens mais qualificantes.

Formação Contínua de Activos

Durante o ano de 2021, os Serviços de Formação organizaram e desenvolveram as seguintes acções dirigidas ao público em geral, com maior incidência junto dos activos empregados e entidades empregadoras, no âmbito da Formação Contínua de Activos:

Medida de Apoio Extraordinário à Retoma Progressiva da Actividade com Redução Temporária de PTN – Formação Profissional

No âmbito das medidas de apoio COVID-19 do IEFP, divulgadas pelos Serviços de Formação junto das Entidades Hoteleiras do Algarve, e para as quais foi aprovada na bolsa regional de Entidades Formadoras Externas, a Fundação desenvolveu os seguintes projectos:

Processo nº DG/FASL/013/XR/21 – DETAILS – Hotels & Resorts S.A: o projecto destinou-se à realização, de 2.050 horas de volume de formação distribuídas por 8 acções, 5 grupos e 38 formandos/as. Para este objectivo foi disponibilizado um financiamento de 12.255 euros, destinado às rubricas da 2 à 6. Desenvolveram-se as UFCD's 3377, 3382, 8260, 8258, 10746, 0704, 3448 e 3564 em regime *e-learning*, através da plataforma *Moodle* e do *Zoom* para as sessões síncronas. Do total de 38 formandos, todos concluíram a formação com sucesso e obtiveram os Certificados de Qualificação, à excepção de dois formandos que já estavam certificados numa das UFCD's frequentadas e outros dois formandos que não obtiveram aproveitamento. Registou-se a concretização do volume de formação de 2.000 horas, que corresponde à taxa de execução física de 97,6%. A avaliação final foi muito positiva, tanto no que se refere ao desenvolvimento da formação, desempenho dos formadores e satisfação de todos os intervenientes.

Processo nº DG/FASL/014/XR/21 – ALNOORGEST – Gestão e Actividades Hoteleiras S.A. (Hotel Mónaco): O projecto destinou-se à realização, de 400 horas de volume de formação distribuídas por 4 acções, 3 grupos e 8 formandos/as. Para este objectivo foi disponibilizado um financiamento de 4.865 euros, destinado às rubricas da 2 à 6. Desenvolveram-se as UFCD's 6933, 8263, 3353 e 3380 em regime *e-learning*, através da plataforma *Moodle* e do *Zoom* para as sessões síncronas. Todos os formandos concluíram a formação com sucesso e obtiveram os certificados de qualificação. Realizou-se a totalidade do volume de formação, não tendo havido faltas nem desistências, e a avaliação final foi

UH
RM

muito positiva, tanto no que se refere ao desenvolvimento da formação como ao desempenho dos formadores e satisfação de todos os intervenientes.

Processo nº DG/FASL/030/XR/21 – ALNOORGEST – Gestão e Actividades Hoteleiras S.A. (Hotel Mónaco): O projecto destinou-se à realização, entre Março e Abril de 2021, de 500 horas de volume de formação distribuídas por 1 acção, 1 grupo e 10 formandos/as. Para este objectivo foi disponibilizado um financiamento de 2.720 euros, destinado às rubricas da 2 à 6. Desenvolveu-se a UFCD 10335 em regime b-learning, através da plataforma informática Moodle da Fundação para as sessões a distância (síncronas e assíncronas) e sessões práticas presenciais nos dias 19, 21, 22, 23, 26 e 28 de Abril. Todos os formandos concluíram a formação com sucesso e obtiveram os certificados de qualificação. Realizou-se a totalidade do volume de formação, não tendo havido faltas nem desistências, e a avaliação final foi muito positiva, tanto no que se refere ao desenvolvimento da formação como ao desempenho dos formadores e satisfação de todos os intervenientes.

Processo nº DG/FASL/019/XR/21 – Hotmanagement – Exploração e Gestão Hoteleira Lda.. (Hotel Faro): O projecto destinou-se à realização, entre Março e Abril de 2021, de 1750 horas de volume de formação distribuídas por 11 acções, 6 grupos e 35 formandos/as, trabalhadores da entidade. Para este objectivo foi disponibilizado um financiamento de 12.545 euros, destinado às rubricas da 2 à 6. Desenvolveram-se as UFCD's 8258, 3297, 8272, 3337, 6933, 3383, 6233, 0382, 10759, 0382 e 9761 em regime e-learning, através da plataforma Moodle e do Zoom para as sessões síncronas. Neste projecto registaram-se algumas faltas e desistências, pelo que só os formandos que concluíram a formação com sucesso obtiveram os respectivos certificados de qualificação. Registou-se a concretização do volume de formação de 1.466,5 horas, que corresponde à taxa de execução física de 83,8%. A avaliação final foi muito positiva, tanto no que se refere ao desenvolvimento da formação como ao desempenho dos formadores e satisfação de todos os intervenientes.

Processo nº DG/FASL/036/XR/21 – Zarcotel Indústria Hoteleira SA (Hotel Interpass): O projecto destinou-se à realização, entre Março e Abril de 2021, de 550 horas de volume de formação distribuídas por 5 acções, 3 grupos e 11 formandos/as, trabalhadores da entidade Interpass de Portimão. Para este objectivo foi disponibilizado um financiamento de 5.325 euros, destinado às rubricas da 2 à 6. Desenvolveram-se as UFCD's 8258, 8257, 8281, 1529 e 0704 em regime e-learning, através da plataforma Moodle e do Zoom para as sessões síncronas. Do total de 11 formandos, todos concluíram a formação com sucesso e obtiveram os Certificados de Qualificação. Registou-se a concretização do volume de formação de 542 horas, que corresponde à taxa de execução física de 98,5%. A avaliação final foi muito positiva, tanto no que se refere ao desenvolvimento da formação como ao desempenho dos formadores e satisfação de todos os intervenientes.

Processo nº DG/FASL/037/XR/21 – Zarcotel Indústria Hoteleira SA (Hotel Interpass): O projecto destinou-se à realização, entre Abril e Maio de 2021, de 500 horas de volume de formação distribuídas por 4 acções, 2 grupos e 10 formandos/as, trabalhadores da entidade Interpass de Portimão. Para este objectivo foi disponibilizado um financiamento de 3.945 euros, destinado às rubricas da 2 à 6. Desenvolveram-se as UFCD's 3414 e 3400 em regime presencial nas instalações do hotel e as UFCD's 3377 e 3382 em e-learning, através da plataforma Moodle e do Zoom para as sessões síncronas. Do total de 10 formandos, todos concluíram a formação com sucesso e obtiveram os Certificados de Qualificação. Registou-se a concretização do volume de formação de 3.716,68 horas, que corresponde à

nm
8

prestação de serviços na elaboração das candidaturas e desenvolvimento das acções aprovadas pelo IEFP. No ano 2021 desenvolveram-se os seguintes projectos:

- **Santa Casa da Misericórdia de S. Brás de Alportel** – Os processos nº 00032/CF/20; 00033/CF/20; 00050/CF/20; 00051/CF/20 e 00074/CF/20 foram aprovados pelo IEFP para o financiamento de várias acções de formação dirigidas aos colaboradores da entidade. Em 2021 deu-se continuidade aos projectos iniciados no ano anterior. A formação iniciou em Setembro de 2020, no entanto em Outubro teve de ser suspensa devido à pandemia. Até ao final de 2020 realizou-se um total de 752 horas de volume de formação. Foi possível, nesse ano, realizar o processo nº 00033/CF/20 – UFCD 3538, 25 horas com 13 formandos certificados. No processo nº 00032/CF/20- UFCD 4647, entre Setembro e Outubro de 2020 realizaram-se 15,5 horas e entre Abril e Maio de 2021 concluíram-se as restantes 9,5 horas. Do total de 11 formandos, todos concluíram a formação com sucesso e obtiveram os Certificados de Qualificação. Realizaram-se 275 horas de volume de formação, que corresponde à taxa de execução física de 91,7% e um financiamento de 1.072,50€. O processo nº 00050/CF/20 – UFCD 9631, iniciou no dia 10 de Outubro de 2020, tendo sido suspenso até ao dia 8 de Maio de 2021, por motivo da pandemia covid-19. Em 2020 realizaram-se 7 horas de formação e em Maio de 2021 realizaram-se as restantes 18 horas. A acção foi concluída no dia 29 de Maio de 2021 com uma taxa de execução física de 100%, num total de 425 horas de formação e um financiamento de 1.657,50€. Do total de 17 formandos, todos concluíram a formação com sucesso e obtiveram os Certificados de Qualificação. O processo nº 00051/CF/20 – UFCD 7229, decorreu nos dias 21, 31 Maio e 4 de Junho 2021, num total de 25 horas de formação. Apesar de em candidatura estar prevista a participação de 24 formandos, em Maio de 2021 iniciaram apenas 15, os quais frequentaram sem faltas nem desistências as 25 horas de formação. Todos concluíram a formação com sucesso e obtiveram os Certificados de Qualificação. Pelo facto de a acção ter menos formandos do que o previsto, apurou-se uma taxa de execução física de apenas 62,5% e um volume de formação de 375 horas. Este processo teve um financiamento de 2.340,00€. O processo nº 00074/CF/20 – UFCD 9632, a acção reiniciou em Maio de 2021. Em 2020 realizaram-se 12,5 horas e entre Maio e Junho 2021 realizaram-se as 12,5 horas de formação. Do total de 11 formandos, todos concluíram a formação com sucesso e obtiveram os Certificados de Qualificação. Registou-se uma execução física de 100%, com 275 horas de volume de formação e um financiamento de 1.072,50€.

A pedido da Santa Casa, realizaram-se acções extra-candidatura nas UFCD's 3538, 4647, 7229, 9631 e 9632, com um total de 29 colaboradores que não haviam sido contemplados nos processos de candidatura.

- **Centro de Apoio à Criança de Quarteira** – O Processo nº 00077/CF/20 foi aprovado para a dinamização da UFCD 9646 – Medidas de primeiros socorros com crianças e jovens, num total de 25 horas, dirigidas a um grupo de 9 colaboradores. A formação realizou-se entre 4 e 25 de Maio, e contou com 8 participantes, porque uma funcionária à data de início já não fazia parte.

nm
S

da entidade. Realizou-se um volume de formação de 200 horas e um financiamento de 800,00€. A avaliação final da qualidade emitida pelos formandos e pela entidade, foi muito positiva, não só no desenvolvimento da formação como no desempenho da formadora.

- **Babymoura** - O processo nº 00017/CF/21 foi aprovado para o desenvolvimento de duas acções de formação: a UFCD 4647 – Liderança e trabalho em equipa com a duração de 25 horas em 2021 e a UFCD 9635 – Desenvolvimento de crianças e Jovens com a duração de 25 horas em 2022. O projecto foi aprovado pelo IEFP para o financiamento de um total de 14 formandos no valor de 1.400€. A acção de 2021 referente à UFCD 4647, decorreu nas instalações da Babymoura, contou com a participação de 8 colaboradores aprovados em candidatura, tendo a pedido da entidade acrescido mais 2 colaboradores extra-candidatura. Realizou-se um volume de formação de 250 horas e uma taxa de execução física de 100%.
- **O Centro Social Nossa Senhora do Carmo** – Os processos nº 00060/CF/21 e 00070/CF/21, foram aprovados para a dinamização da UFCD 3546 – Prevenção e primeiros socorros – geriatria, num total de 50 horas, dirigida a 18 colaboradores e com um financiamento aprovado no valor de 3.150€. A formação iniciou em Novembro de 2021 e transitou para Janeiro de 2022. Os 18 formandos concluíram a formação com aproveitamento e obtiveram os respectivos certificados. Não se tendo registado faltas nem desistências, a taxa de execução física desta formação foi de 100%.

Campanha 4 Cursos para 40 Horas de Formação

Os Serviços de Formação mantiveram a campanha de promoção de formação contínua, cujo objectivo é dar a oportunidade às entidades empregadoras de cumprir as horas de formação anuais definidas na legislação em vigor, através da realização de percursos de formação de curta duração, que visam potenciar as qualificações dos recursos humanos em diversas áreas, indo ao encontro das necessidades específicas das diferentes categorias profissionais. Ao longo do ano 2021 realizaram-se as seguintes formações:

- **Creche de Budens** – Desenvolveram-se ao longo de 2021 três acções de formação sobre os temas Primeiros socorros pediátricos, Técnicas de estimulação da criatividade da criança e Expressão plástica e musical. Cada acção teve a duração de 10 horas e foram dirigidas a 14 colaboradores. Realizaram-se 293 horas de volume de formação.
- **Casa de Repouso O Faraó** – A entidade contratualizou cinco acções sobre os temas: Orientação para os resultados (10 horas) em Janeiro; Primeiros socorros geriátricos (10 horas) em Março; Maus tratos à pessoa idosa – detectar, sinalizar e intervir (10 horas) em Setembro; Sensibilização para as medidas de autoprotecção (10 horas) em Outubro e Primeiros socorros – suporte básico de vida (10 horas) em Novembro. Foram emitidos 51 certificados de formação profissional aos colaboradores que frequentaram a totalidade das horas de formação. Aos formandos com registo de faltas, foram emitidas declarações de frequência com as horas efectivamente frequentadas. No total realizou-se um volume de formação de 720 horas.
- **Creche e JI Bela Infância** – Realizou-se em Novembro uma acção sobre Nutrição e

Handwritten signature and initials.

alimentação na infância, com a duração de 10 horas e com a participação de 4 colaboradoras. Foram assistidas 87,5% da totalidade das horas, tendo as duas colaboradoras que acumularam faltas recebido as respectivas declarações de frequência.

- **Residencial Sénior O Nosso Cantinho** – Realizaram-se duas acções sobre Primeiros socorros – suporte básico de vida, com a duração de 10 horas cada. A primeira acção decorreu em Julho e foi frequentada por 11 colaboradores. A segunda decorreu em Agosto e foi frequentada por 9 colaboradores. Tendo-se registado faltas de comparência em algumas sessões, foram emitidos os certificados de formação profissional com a indicação das horas assistidas.

Outras formações de Ativos Empregados

- **Acaso** – Realizou-se na entidade ACASO em Olhão, em Maio, uma acção sobre Teatro sensorial vertente snoezelen, com a duração de 5 horas, dirigida a 11 colaboradores da entidade. A acção teve o objectivo de dotar os participantes com conhecimentos para a utilização de objectos sensoriais nas actividades desenvolvidas com os utentes. Nesta acção realizaram-se 52 horas de volume de formação, tendo apenas uma formanda não concluído a totalidade das horas. A avaliação final da acção e do desempenho do formador foi muito positiva.
- **Creche de Budens** - No dia 29 de Maio realizou-se a acção sobre Teatro sensorial vertente snoezelen, nas instalações da creche, com a duração de 8 horas. Foi frequentada por 15 colaboradores aos quais foram emitidos os certificados de formação profissional. Não se registaram faltas, pelo que apuraram-se 120 horas de volume de formação. Também nesta acção a avaliação final foi muito positiva.
- **Conserveira do Sul, S.A** – A empresa contratou a Fundação para a realização de uma acção sobre Liderança e Trabalho em Equipa, com a duração de 15 horas, dirigida a 12 colaboradores. A acção iniciou em Novembro, tendo transitado uma sessão para Janeiro 2022 por motivo de surto de COVID. Tendo apenas uma formanda registado faltas, apurou-se a realização de 171 horas de volume de formação. A avaliação da acção e do desempenho do formador foi muito positiva.
- **URIPSS** – No âmbito da parceria entre a Fundação António Silva Leal e a URIPSS Algarve, realizou-se no dia 25 de Novembro uma acção de formação sobre o tema Cálculo das comparticipações familiares, com a duração de 3h30. A formação realizou-se no auditório do Instituto D. Francisco Gomes em Faro e foi divulgada pelas IPSS da região. Recepcionaram-se 61 inscrições e registaram-se 59 presenças. Os objectivos da acção foram concretizados com sucesso, tendo a avaliação dos participantes sido muito positiva, tanto no que se refere ao desenvolvimento da acção como ao desempenho do formador.

Considerações sobre a actividade desenvolvida

Os Serviços de Formação investem na consolidação da prestação de serviços ao longo do ano, através da oferta de propostas de formação contínua à medida das necessidades e interesses dos clientes, privilegiando-se a campanha da formação laboral obrigatória, que contribui para potenciar as competências e qualificações do potencial humano das empresas e instituições a custos reduzidos, com a vantagem da total flexibilidade no que se refere ao número de cursos, horas de formação e

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

calendarização, definidos totalmente em função das necessidades e disponibilidade dos clientes. Para este objectivo, contribuiu a divulgação constante, junto do público em geral, da rede de parceiros e das entidades empregadoras.

Não obstante o ano 2021 ter sido ainda um ano difícil para a formação profissional devido à pandemia, a Fundação investiu na capacitação técnica e humana no âmbito da formação a distância para dar resposta, nomeadamente, aos projectos de formação financiados no âmbito das medidas de apoio extraordinário Covid-19 às empresas/entidades.

No que se refere à formação financiada, a Fundação é uma entidade formadora com intervenção significativa na promoção das qualificações da população desempregada, tendo em vista a integração no mercado de emprego a curto prazo, bem como na melhoria das qualificações escolares da população desempregada com baixa escolaridade. Tem igualmente forte intervenção na qualificação dos activos empregados, sendo a entidade formadora convidada pelas mais diversas entidades para o desenvolvimento de projectos de formação dos seus colaboradores, tenham financiamento público ou não. A qualidade formativa da Fundação é amplamente reconhecida pelo IEFP, IP, sendo-lhe aprovados na íntegra os projectos apresentados no âmbito das medidas activas de combate à baixa escolaridade, à melhoria das qualificações profissionais, ao desemprego e emprego precário. A actividade desenvolvida pela Fundação ao longo dos anos, na qualidade de EFE – Entidade Formadora Externa nas diversas medidas e programas de formação, tem merecido o reconhecimento pelo IEFP, IP, não só no Algarve mas também a nível nacional.

Na análise global dos resultados da actividade em 2021, apesar das, ainda, dificuldades decorrentes da pandemia, pode concluir-se que os Serviços de Formação conseguiram concretizar os projectos transitados do ano anterior e iniciar novos, nas diversas modalidades e medidas. Verificou-se um índice de satisfação muito positivo de todos os intervenientes, formandos, formadores e entidades envolvidas, que reforçam a qualidade técnica dos Serviços de Formação e da Fundação António Silva Leal enquanto entidade formadora certificada.

YH
M
D

REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

LAR "QUINTA DO OITÃO"



A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas QUINTA DO OITÃO foi cedida à Fundação, através de Acordo de Gestão celebrado em 1 de Julho de 1998 e funciona com Acordo de Cooperação com o Instituto de Solidariedade Social IP – Centro Distrital de Lisboa.

A ERPI rege-se pelos normativos aplicáveis, designadamente pela Portaria n.º 67/2012, de 21 de Março, Decreto – Lei n.º 156/2005, de 15 de Setembro, pelo Despacho Normativo n.º 31/2000, de 31 de Julho, Circular n.º 4 da DGSS, de 16 de Dezembro de 2014, pelo Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidariedade, pelo disposto regulamento e pelo acordo de cooperação com o Instituto de Segurança Social, IP.

Esta ERPI é uma residência colectiva que tem como objectivo responder globalmente às necessidades do idoso que não tem possibilidade de se manter no seu meio familiar ou social em situação definitiva.

Tem capacidade e acordo para 30 pessoas, sendo 10% da sua capacidade com exclusividade de uso por parte dos serviços da Segurança Social. A ERPI destina-se a acolher pessoas idosas de ambos os sexos, temporária ou permanentemente, com idade igual ou superior a 65 anos, ou inferior desde que em situação de excepção devidamente justificada, manifestando vontade por si, ou em caso de incapacidade pelo seu responsável, de vir a residir na ERPI.

A ERPI tem como orientação clara, para o cumprimento da missão, envolvendo toda a estrutura, onde impere a qualidade, responsabilidade e respeito, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos utentes, através da humanização dos serviços e da dignidade das relações, cultivando o respeito pelo próximo, promovendo a manutenção da funcionalidade e da autonomia, elaborando assim um plano de desenvolvimento individual e plano individual de cuidados, procurando assim a excelência.

Para uma melhor qualidade de vida dos utentes, tem várias actividades programadas ao longo do ano, as quais são acompanhadas e desenvolvidas por uma Animadora Sociocultural, promovendo e estimulando capacidades físicas, mentais e cognitivas, concentração e memória, e respeitando sempre os tempos e as vontades dos utentes.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner.

As actividades desenvolvidas podem ser individuais ou em grupo, no interior ou exterior da Instituição, contando ainda com parcerias com Instituições locais.

Importa salientar três das actividades exteriores, com um elevado número de participantes: o Campeonato de *Bowling* (inter-Instituições), os cantos corais promovidos pela Acção Social da Câmara Municipal de Sintra e os almoços convívio, com outras Instituições de Solidariedade Social.

No interior da Instituição, regista-se uma maior adesão por parte da população feminina, pois o *Atelier* de costura e pintura tem preenchido os dias de algumas utentes. Estes trabalhos são expostos, para que os visitantes possam vê-los.

Importa referir que a satisfação/motivação demonstrada pelos utentes tem sido muito significativa, falando-se da oração semanal e da missa mensal, celebrada dentro da Instituição pelo Sr. Padre da Paróquia de São Pedro e a Oração celebrada pela Congregação das Irmãs Doroteias do Linhó, que tanto conforto espiritual tem trazido aos utentes.

Aquisições/Melhoramentos do Equipamento

- Aquisição de colchões e colchões anti-escara;
- Aquisição de cadeira de banho;
- Aquisição de fardas;
- Aquisição de edredons, lençãos e atoalhados;
- Aquisição de loiças (cozinha);
- Aquisição de Oxímetro, Aparelho de TA;
- Aquisição de flores para o jardim e interior da ERPI.
- Reparação da máquina de lavar roupa;
- Reparações pontuais nos detectores de Incêndio;
- Desmatação e limpeza da Quinta;
- Reparação de paredes e pintura de quartos;
- Aquisição de exaustores de fogão;
- Aquisição de mesas de cabeceira (3);
- Aquisição de janela em PVC com vidros duplos, para o gabinete medico;

Em virtude da Pandemia que nos assola, outras actividades programadas, ficaram suspensas.



----- CRECHE ALGODÃO DOCE -----



A gestão da Creche ALGODÃO DOCE foi cedida à Fundação António Silva Leal pela Câmara Municipal de Lisboa, em 2013, através do Programa de Desenvolvimento de Creches em Lisboa – B.a.Bá, cujo principal objectivo é o de dotar a cidade de Lisboa com uma rede de creches. Este espaço destina-se a receber crianças com idades compreendidas entre 4 e os 36 meses, com a capacidade total de 84 crianças.

A resposta social de Creche Algodão Doce é composta por:

Duas Salas de Berçário – com capacidade de 10 crianças cada;

Duas Salas dos 12-24 meses – com capacidade de 14 crianças cada;

Duas Salas dos 24-36 meses – com capacidade de 18 crianças cada.

A Creche Algodão Doce iniciou a sua actividade em Outubro de 2013 e a sua equipa pedagógica defende os seguintes objectivos: “proporcionar o atendimento individualizado de cada criança num clima de segurança afectiva e física, que contribua para o seu desenvolvimento global; colaborar estritamente com a família numa partilha de cuidados e responsabilidades em todo o processo evolutivo de cada criança; estimular o desenvolvimento global da criança no respeito pelas suas características individuais, incutindo comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diferenciadas; proporcionar à criança um ambiente de estabilidade e segurança afectiva, que seja própria ao desenvolvimento global e harmonioso de todas as suas capacidades; contribuir para uma boa integração no meio físico e social envolvente, permitindo à criança oportunidade de observar e compreender o que se passa à sua volta de forma a participar de maneira mais adequada; desenvolver as capacidades de experimentação, comunicação e criatividade e incentivar a participação das famílias no processo educativo.” (in Guião Técnico n.º 4, editado pela ex-DGAS, aprovado em 29.11.1996).

O Projecto Educativo em vigor (2019/2021) “Brincar, aprender e crescer” foi um guia orientador e regulador da vida da Creche Algodão Doce, enquanto comunidade educativa, tendo como eixo orientador a crença de que a brincadeira é fundamental para um pleno desenvolvimento num ambiente seguro e protector, onde as crianças conseguem desenvolver todas as suas potencialidades.

O Plano Anual de Actividades foi elaborado tendo em conta as principais datas efemérides e festividades ao longo do ano letivo, com um conjunto de actividades adaptadas e atractivas à faixa etária da creche. Devido à realidade em que vivemos e ao confinamento entre janeiro e março de 2021 e consequente encerramento da creche, o Plano Anual de Actividades não foi cumprido na íntegra, apesar de ter sido mantido o contacto diário com as famílias com sugestões de actividades e vídeos da equipa pedagógica

Mesmo após a reabertura, algumas das actividades planificadas foram canceladas, como por exemplo as visitas ao Jardim Zoológico e à Quinta Pedagógica dos Olivais.

Destaca-se ainda o reforço e o compromisso atingido com as actividades extracurriculares, nomeadamente, expressão musical e expressão motora, em parceria com a *Gymboree*, que este ano foi alargada às salas de berçário com o *play and learn*.

Cada sala cumpriu o seu Projecto Pedagógico, que foram complementados pelas planificações mensais e semanais e respectiva avaliação, sem nunca esquecer a rotina e os tempos das actividades livres, assim como as necessidades individuais de cada criança, criando um ambiente afectuoso e seguro onde as crianças se sintam amadas.

MF
M
J

OUTROS INDICADORES DE GESTÃO

----- GESTÃO DE UTENTES -----

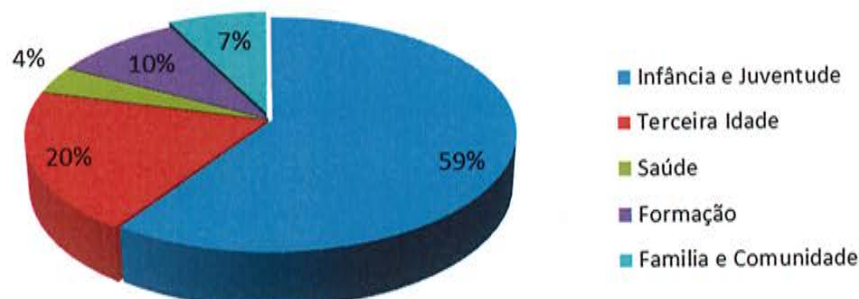
No ano de 2021, à excepção do Centro de Dia N SRA VISITAÇÃO, as restantes respostas sociais funcionaram regularmente, tendo a Fundação mantido o cumprimento integral dos acordos de cooperação estabelecidos com o Instituto de Segurança Social IP.

Número de Utentes nas Respostas Sociais

<i>RESPOSTAS SOCIAIS</i>	<i>C/ ACORDO</i>	<i>S/ ACORDO</i>	<i>TOTAL</i>
INFÂNCIA E JUVENTUDE			
Creche "O Búzio"	25	0	25
Pré-Escolar "O Búzio"	105	0	105
Creche "Os Amendoinhas"	86	22	108
Creche "Algodão Doce"	50	34	84
TERCEIRA IDADE			
ERPI "N. Sra. Visitação"	36	8	44
Centro de Dia "N. Sra. Visitação"	2	0	2
Serviço de Apoio Domiciliário "N. Sra. Visitação"	30	0	30
ERPI "Quinta do Oitão"	30	0	30
SAÚDE			
Unidade de Longa Duração e Manutenção de Albufeira	20	0	20
FORMAÇÃO			
Serviços de Formação		623	
FAMÍLIA E COMUNIDADE			
Refeitório Social "O Búzio"	40	0	40



Distribuição dos utentes por tipologias de resposta



RECURSOS HUMANOS

No que respeita à componente Capital Humano, o ano de 2021 foi o primeiro ano após ter verificado um acontecimento de carácter excepcional, o trespasse de várias Respostas Sociais para a Fundação Victor Reis Morais [FVRM], em 29 de Dezembro de 2020, que alterou significativamente a estrutura do quadro de pessoal da Fundação António Silva Leal, afectando a criação líquida de emprego. Contudo, apesar desta reestruturação, manteve-se o nível da estrutura organizativa e hierárquica e os objectivos estratégicos enfocados na criatividade e inovação.

Caracterização

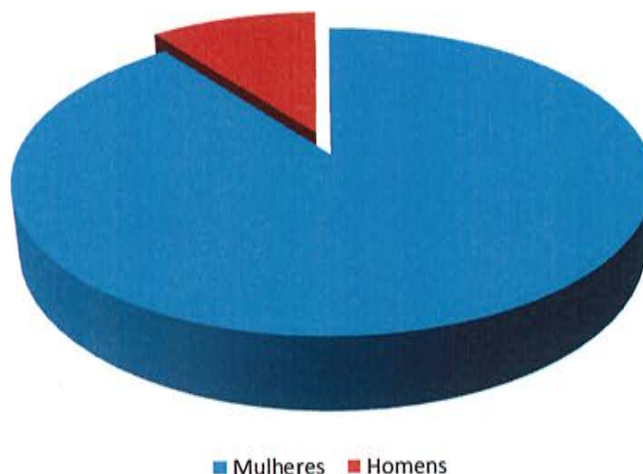
Em 31 de Dezembro de 2021, a Fundação contava nos seus quadros com 160 colaboradores e 08 membros dos órgãos sociais, distribuídos conforme a seguir se apresenta:

- 08 Membros dos Órgãos Sociais (Conselho de Administração e Conselho Fiscal);
- 156 Trabalhadores contratados pela Fundação, incluindo efectivos e contratados a termo (certo ou incerto);
- 00 Colaboradores em regime de voluntariado;
- 04 Destinatários no âmbito da MAREESS do IEPF;

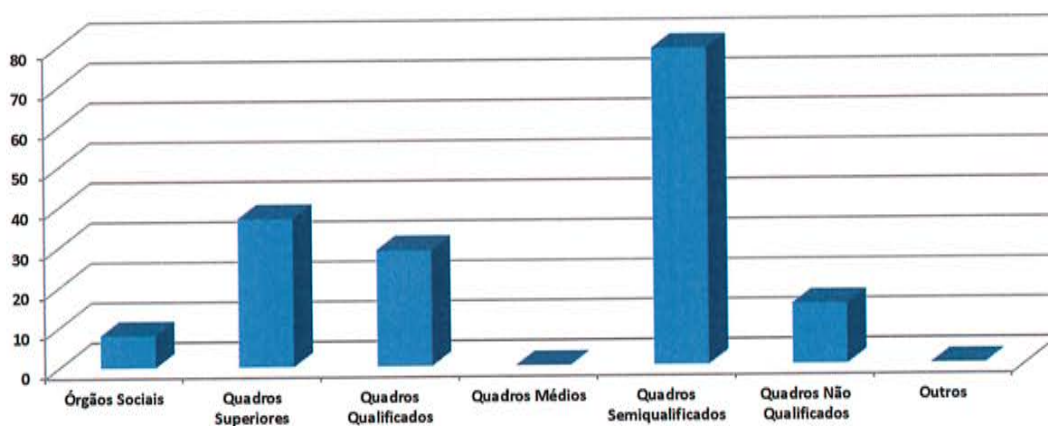
Relativamente à distribuição por géneros, 146 do total de colaboradores acima eram mulheres e 14 homens, mantendo-se a preponderância do sexo feminino no quadro de pessoal.

Dos membros dos órgãos sociais, 03 homens e 05 mulheres.

Handwritten signature

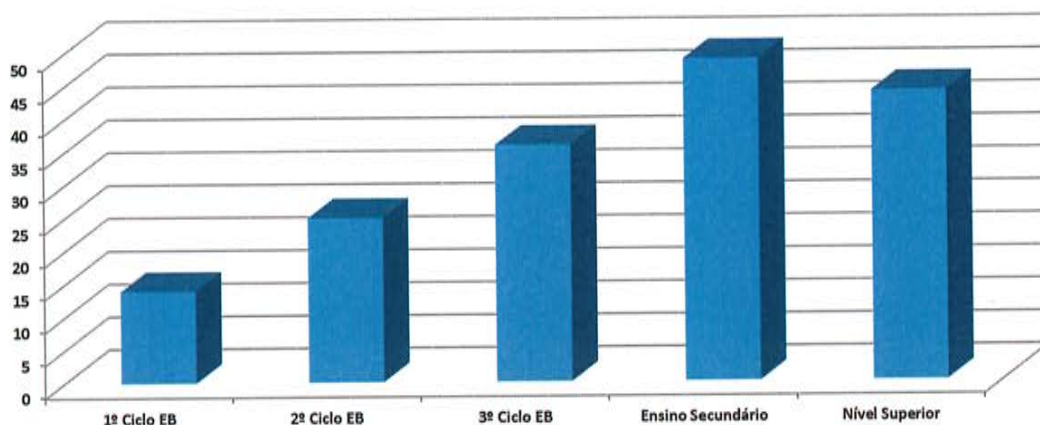


Regista-se que, no âmbito do processo de trespasse, foi transferido para a FVRM, a partir do dia 29 de Dezembro de 2020, inclusive, o total de 116 trabalhadores, 09 prestadores de serviços e 01 voluntário. Em 31 de Dezembro de 2021, por nível de qualificação, os trabalhadores contratados pela Fundação apresentam uma estrutura com maior peso de quadros semiquualificados, onde se enquadram as categorias profissionais em maior número, designadamente as de ajudante de acção directa e de acção educativa.



No que concerne às habilitações literárias dos recursos humanos, cerca de 44,6% do total de trabalhadores apresenta habilitações iguais ou inferiores ao 3º ciclo do ensino básico, enquanto 26,2% apresenta habilitações de nível superior.

Handwritten signature/initials



Ao nível da distribuição etária dos recursos humanos, excepto membros dos órgãos sociais, constata-se que 60,0% dos trabalhadores/colaboradores têm idade superior a 25 anos e inferior ou igual a 49 anos, correspondendo a um nível médio etário de cerca de 45,09 anos:

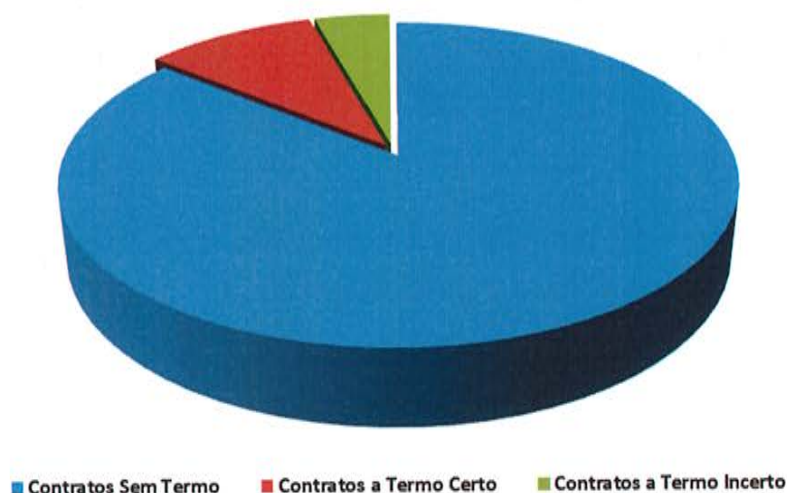
Estrutura Etária	Nº Elementos	%
Até 24 anos	7	4,4%
De 25 a 29 anos	7	4,4%
De 30 a 34 anos	13	8,1%
De 35 a 39 anos	18	11,3%
De 40 a 44 anos	32	20,0%
De 45 a 49 anos	26	16,3%
De 50 a 54 anos	23	14,4%
De 55 a 59 anos	15	9,4%
De 60 a 64 anos	16	10,0%
De 65 e mais anos	3	1,9%
Total	160	100,0%

No que respeita à antiguidade dos recursos humanos, também excepto membros dos órgãos sociais, 59,40% dos trabalhadores/colaboradores trabalham na Instituição há 05 ou mais anos, dos quais 34,40% há mais de 15 anos, ao que corresponde a uma antiguidade média de cerca de 8,30 anos:

Antiguidade	Nº Elementos	%
Até 01 ano	14	8,8%
De 01 a 02 anos	32	20,0%
De 02 a 05 anos	19	11,9%
De 05 a 15 anos	40	25,0%
Mais de 15 anos	55	34,4%
Total	160	100,0%

MSF

Relativamente ao regime de contratação, onde se exclui os 04 destinatários MAREESS, 141 trabalhadores estão em situação de contrato permanente – efectivo (86,0%), correspondendo os contratos a termo certo a um total de 16 (9,8%) e os contratos a termo incertos a um total de 7 (4,3%) motivados pela necessidade de substituição de colaboradores ausentes temporariamente, ao abrigo das alíneas a) a c) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho aprovado pela Lei n.º 7/2009 de 12 de Fevereiro.



Absentismo

Em relação ao absentismo, apesar do contexto pandémico, constatou-se uma diminuição de 5.178 horas, fundamentalmente devido ao grande impacto das situações de isolamento profiláctico e doença como consequências da pandemia Covid-19 ocorrido no ano de 2020, onde ainda se considera a actividade registada, por todos os trabalhadores transferidos para a FVRM, até ao dia 28 de Dezembro de 2020. Em termos relativos, a situação foi idêntica ao ano anterior.

Motivo	Nº horas remuneradas -2020	Nº horas não remuneradas - 2020	Nº horas remuneradas - 2021	Nº horas não remuneradas - 2021
Acidente de trabalho	87	1407	11	750
Doença não profissional	0	22474	0	17403
Assistência inadiável a filho, neto ou membro do agregado	0	1679	0	1113
Trabalhadores-estudantes	0	0	0	0
Falecimento de cônjuge, parente ou afim	203	0	175	0
Maternidade/paternidade	4	5100	0	4407
Outras ausências justificadas	227	22561	1005	23867
Ausências injustificadas	0	351	0	184
Total	521	53572	1191	47724
TOTAL GLOBAL	54093		48915	

Handwritten signature/initials

Fluxo de entradas e saídas

Durante o decorrer do ano de 2021, observaram-se 30 admissões e 38 saídas, o que representa uma taxa de rotatividade dos trabalhadores por conta de outrem de 44,12%.

Prestadores de serviços

Ao longo do ano de 2021, a Fundação beneficiou de serviços regulares de 59 profissionais em regime de prestação de serviços, em áreas diversas como enfermagem, fisioterapia, formação e consultadoria jurídica, dos quais apenas 06 profissionais pelo período de 12 meses consecutivos e em 31 de Dezembro de 2021 estavam activos o total de 18 prestadores de serviços.

Formação contínua

No ano de 2021, tal como aconteceu em 2020, apesar do foco na formação externa enquanto entidade formadora certificada, que, por força da pandemia da Covid-19, incidiu fundamentalmente na formação à distância através de uma plataforma *E-Learning*, a Fundação registou um volume de formação que correspondeu a várias acções de formação garantidas por entidades externas, mas reforçou as acções de formação interna, na modalidade de formação à distância. Em cada acção de formação interna participaram vários trabalhadores, o que possibilitou a formação a 37 dos trabalhadores contratados.

Perspectivas futuras

Para o próximo ano, a política de recursos humanos não sofrerá alterações substanciais em termos estratégico-políticos, mantendo-se focada na diminuição do nível de absentismo, assente na proximidade com os equipamentos sociais, de modo a avaliar e identificar a existência de condicionantes internas que originem estas ausências, seja ao nível de procedimentos directamente relacionados com as tarefas desempenhadas, seja ao nível da gestão motivacional.

A maximização de recursos e a obtenção de benefícios com a contratação de pessoal continuará, certamente, a ser tido em consideração, procurando-se tirar partido das iniciativas governamentais de promoção ao emprego. Considerando-se a formação contínua um factor decisivo no que respeita aos Recursos Humanos, dado conferir aos seus quadros uma maior empregabilidade, aptidões e até motivação, o que se repercute directamente na qualidade dos serviços prestados, esta componente voltará a ser um objectivo concreto, embora condicionado pela disponibilidade dos diversos serviços da Fundação.



1-CONTEXTO ECONÓMICO 2021

Em termos de conjuntura macroeconómica, a evolução da economia portuguesa continuou afectada pelos efeitos da crise pandémica provocada pela COVID-19, embora tendo registado crescimento face a 2020. Assistiu-se a um aumento do Produto Interno Bruto de 4,9% recuperando da histórica diminuição de -4,4% verificada no ano anterior – em 2019 tinha-se registado um crescimento de 2,7%. Esta melhoria deveu-se sobretudo ao aumento da procura interna, tendo o consumo privado e o investimento registado aumentos de 5% e 6%, respectivamente. Por outro lado, a balança comercial com o exterior relevou valores consideravelmente menos negativos do que se tinha registado em 2020.

No que concerne ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego situou-se nos 6% quando em 2020 atingiu os 7,3%, o que é reflexo do crescimento económico registado.

Foi contudo num clima de grande incerteza que o ano iniciou, tendo-se as piores previsões confirmado logo no primeiro mês do ano, com a necessidade de se implementar novas restrições de contenção, as quais tiveram, mais uma vez, impacto directo ao nível da sociedade, da economia e da saúde.

No que respeita ao sector social, destaca-se o encerramento temporário dos estabelecimentos de infância, por decreto regulamentar, que perdurou entre final de Janeiro e meados de Março, bem assim como a continuidade de encerramento das respostas de Centro de Dia. Para além disso, nos estabelecimentos que se mantiveram em plena actividade, as medidas de segurança e de contenção obrigaram a um reforço do investimento, quer ao nível de equipamento de protecção individual para utentes e profissionais, como também ao reforço das equipas de modo a suprimir ausências e evitar contágios nos cernes das mesmas. Acrescendo a este cenário a actualização de tabelas salariais dos contratos de contratação colectiva e o aumento progressivo da Retribuição Mínima Mensal Garantida, que pressionam fortemente os gastos com pessoal, sem a devida compensação financeira, explicam as dificuldades de gestão com que as instituições do Terceiro Sector têm-se deparado.

Tendo presente que estas instituições caracterizam-se por uma estrutura de gastos fortemente alicerçada nos seus Recursos Humanos, compreender-se-á ser imprescindível e fundamental a aposta forte numa rigorosa gestão e políticas estratégicas que lhes permitam minimizar a sua dependência face ao Sector Público e, assim, conseguirem manter a necessária e obrigatória sustentabilidade económico-financeira, garantindo desta forma a sua continuidade em proveito do bem-estar daqueles que recorrem aos seus serviços. Esta é uma evidência que se tornou ainda mais marcante no actual cenário pandémico e para a qual uma gestão profissionalizada e altamente especializada fará toda a diferença no sucesso institucional.

É nesta perspectiva que a Fundação António Silva Leal, apostando na qualidade e rigor dos seus activos humanos e baseada numa estrutura de gestão altamente qualificada, multidisciplinar e polivalente, tem vindo a adequar e a flexibilizar a sua actividade e organização, por forma a conseguir dar uma resposta cada vez mais positiva às sucessivas alterações no contexto económico e sociopolítico.



2-ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

O presente relatório é feito tendo por base os normativos anteriormente referidos.

2.1-DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Atendendo que este é o primeiro ano económico completo após a reestruturação operada em 2020, será compreensível que praticamente todas as rubricas da Demonstração de Resultados revelem reduções (negativas no caso dos Rendimentos e positivas no caso dos Gastos).

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Descrição	2021	2020	Variação	%
Vendas e serviços prestados	1 776 734,80 €	1 925 410,92 €	- 148 676,12 €	-7,72%
Subsídios, doações e legados à exploração	2 246 588,24 €	3 946 914,66 €	- 1 700 326,42 €	-43,08%
Variação nos inventários da produção	- €	- €	- €	0,00%
Trabalhos para a própria entidade	- €	- €	- €	0,00%
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 149 744,98 €	- 174 730,76 €	24 985,78 €	-14,30%
Fornecimentos e serviços externos	- 1 106 646,36 €	- 1 590 690,67 €	484 044,31 €	-30,43%
Gastos com o pessoal	- 2 836 043,16 €	- 4 093 297,85 €	1 257 254,69 €	-30,71%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	- €	- €	- €	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	- 6 395,74 €	- 4 600,65 €	- 1 795,09 €	39,02%
Provisões (aumentos/reduções)	- €	- €	- €	0,00%
Provisões específicas (aumentos/reduções)	- €	- €	- €	0,00%
Outras imparidades (perdas/reversões)	- €	- €	- €	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor	- €	- €	- €	0,00%
Outros rendimentos e ganhos	284 958,65 €	267 878,31 €	17 080,34 €	6,38%
Outros gastos e perdas	- 12 002,82 €	- 19 176,69 €	7 173,87 €	37,41%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos (EBITDA)	197 448,63 €	257 707,27 €	- 60 258,64 €	-23,38%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 132 640,18 €	- 157 072,81 €	24 432,63 €	-15,55%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	64 808,45 €	100 634,46 €	- 35 826,01 €	-35,60%
Juros e rendimentos similares obtidos	- €	- €	- €	n.a.
Juros e gastos similares suportados	- 46 181,19 €	- 34 086,80 €	- 12 094,39 €	35,48%
Resultados antes de impostos	18 627,26 €	66 547,66 €	- 47 920,40 €	-72,01%
Imposto sobre o rendimento do período	- €	- €	- €	0,00%
Resultado líquido do período	18 627,26 €	66 547,66 €	- 47 920,40 €	-72,01%

Handwritten signature/initials

Os impactos mais significativos prendem-se essencialmente com as Prestações de Serviços e os Subsídios à Exploração, que verificaram reduções superiores a 7% e 43%, respectivamente, o que é um indicador relevante, uma vez que com a reestruturação operada a Fundação conseguiu diminuir a sua dependência face ao sector público. Por outro lado, os Fornecimentos e Serviços Externos e os Gastos com Pessoal evidenciam reduções superiores a 30%.

Salienta-se a deterioração em termos de resultado líquido de 47.920,40EUR quando comparado com o valor obtido no ano passado, ainda que mantendo valores positivos, e um *EBITDA*¹ de 197.448,63EUR, o que representa um decréscimo de 23,38%, mantendo, contudo, uma rentabilidade positiva no *core business*.

No que respeita à estrutura dos gastos, a situação é a seguinte:

EVOLUÇÃO DOS GASTOS

Gastos	2021	2020	Variação
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	3,49%	2,88%	0,61%
Fornecimentos e Serviços Externos	25,80%	26,19%	-0,39%
Gastos com Pessoal	66,11%	67,39%	-1,28%
Depreciações e Amortizações	3,09%	2,59%	0,51%
Perdas por Imparidade	0,15%	0,08%	0,07%
Outros Gastos e Perdas	0,28%	0,32%	-0,04%
Juros e Gastos Similares Suportados	1,08%	0,56%	0,52%

Como se pode verificar no quadro anterior, os "Fornecimentos e Serviços Externos" e os "Gastos com Pessoal" continuam a representar 91,91% do total dos gastos, devendo ser nestas rúbricas que a Fundação deverá incidir a sua rigorosa gestão.

Não houve alterações relevantes na estrutura de gastos, salientando apenas que os "Gastos com Pessoal" correspondem a 65,83% do total de rendimentos, abaixo do limite definido na Lei-Quadro das Fundações.

¹ *EBITDA* – Resultado antes de Impostos, Depreciações e Amortizações ou, na designação anglo-saxónica, *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*

2.2 – BALANÇO E ANÁLISE DE RÁCIOS

2.2.1-BALANÇO

Analisar-se-á o Balanço no período findo em 31 de Dezembro de 2021, sendo efectuadas considerações apenas às rubricas do Balanço que apresentarem alterações mais significativas e que se mostrem relevante para o melhor entendimento do período em análise.

2.2.1.1-Activo

O Activo fixou-se em 3.865.845,67EUR tendo em 2020 correspondido a 3.767.788,60EUR, o que representa um aumento de 2,6%.

2.2.1.1.1- Activo Não Corrente

2.2.1.1.1.1- Activos Fixos Tangíveis

O Activo Fixo Tangível registou um aumento de 2020 para 2021 de 71.809,57EUR, ainda que as depreciações do exercício tenham sido de 130.854,44EUR.

2.2.1.1.1.2- Investimentos Financeiros

Nesta rubrica registou-se um considerável aumento, nomeadamente de 57.274,53EUR, o qual resulta na sua maioria da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial (MEP)² referente à sociedade participada FUTURALFABETO LDA detida a 100% pela Fundação e que registou um resultado líquido de 54.927,85EUR.

2.2.1.1.2-Activo corrente

Destaca-se aqui um decréscimo correspondente a 32.140,29EUR, ainda que os Diferimentos e Caixa e Depósitos Bancários tenham registado aumentos de 7.393,41EUR e 49.382,81EUR, respectivamente.

2.2.1.2-Fundos Patrimoniais

A melhoria registada nos fundos patrimoniais está relacionada com o resultado líquido do exercício, assim como a correcção de valores relacionados com a transferência de activos para a Fundação Vítor Reis Moraes que no ano anterior haviam sido inadvertidamente debitados, no total de 47.213,18EUR, e o reconhecimento do rendimento de subsídios ao investimento na proporção do valor financiado e depreciable dos respectivos activos, o qual correspondeu a 36.435,88EUR.

2.2.1.3-Passivo

O Passivo regista em 2021 um aumento de 2,85% correspondente a 68.652,51EUR, sendo o rácio Passivo/Activo correspondente a 64,16%.

² De acordo com a Norma Contabilística de Relato Financeiro (NCRF) 13, §§ 57 a 63

2.2.2-ANÁLISE DE RÁCIOS

Um dos mecanismos mais utilizados para análise da estrutura e comportamento financeiro de qualquer organização, pública ou privada, com fins ou não lucrativos, consiste na construção e interpretação de alguns rácios a partir dos dados do Balanço e da Demonstração de Resultados por Natureza.

Desta forma, os rácios de rendibilidade, ao reflectirem a capacidade que a Instituição tem em gerar resultados, são por vezes considerados como indicadores não essenciais para uma organização deste tipo, em que o objectivo primordial é a prestação de serviços de natureza social, sem quaisquer intuítos lucrativos. Como é óbvio, não sendo esse o principal objectivo, também não pode ser descurada a obtenção de resultados positivos, sem os quais será colocada em risco a sustentabilidade, apoiada em investimentos fundamentais para a inovação e melhoria contínua da qualidade de serviço prestado aos utentes/clientes.

Assim, analisar-se-ão três tipos de rácios:

- Rácios de Rendibilidade
- Rácios de Actividade
- Rácios de Endividamento

2.2.2.1 Rendibilidade

O Valor Acrescentado Bruto (Vendas + Prestações de Serviços – Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas – Fornecimentos e Serviços Externos – Impostos Indirectos) regista uma diminuição de 32,63%, bem assim como o *Cash Flow* evidencia uma redução de 23,4%.

Valor Acrescentado Bruto				
DESCRIÇÃO	Anos		Variação	
	2021	2020	Valor	%
Cash Flow	197 448,63€	257 707,27€	-60 258,64 €	-23,38%
VAB	2 766 499,86€	4 106 355,47€	-1 339 855,61 €	-32,63%
N.º Trabalhadores	168	300	-132	-44,00%
VAB / TRABALHADOR	16 467,26€	13 687,85€	2 779,41 €	20,31%

Ao se calcular o rácio do VAB/N.º trabalhadores, verifica-se uma substancial melhoria, por via da diminuição do n.º médio de colaboradores relacionada com a operação efectuada no final de 2020.

2.2.2.2-Actividade

O Prazo Médio de Recebimento é um indicador importante sobre a capacidade e eficiência da Fundação na recolha das suas receitas.

DESCRIÇÃO	Anos		Dias
	2021	2020	Variação
PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO			
Prazo Médio Recebimento Utentes / Clientes	-1	1	-2
Prazo Médio Recebimento Entidades Públicas	166	108	58

Pela análise do quadro anterior, verifica-se que a Fundação conseguiu ver reduzido o prazo médio de recebimentos dos utentes/clientes em 2 dias, passando este a corresponder a -1 dia. A isto não é alheio a emissão antecipada da facturação, o que acaba por levar a que alguns utentes liquidem os valores antes do seu vencimento.

No que respeita às Entidades Públicas, os acordos são processados e pagos mensalmente nos últimos dias úteis do próprio mês, permitindo que, por norma, o prazo médio de recebimento seja próximo dos 30 dias. Contudo, o prazo de 166 dias está directamente relacionado com dívidas antigas de organismos públicos, designadamente, Instituto de Segurança Social IP no valor de 785.613,52EUR referente às respostas sociais de Creche e Pré-Escolar O BÚZIO, e Ministério da Educação, no valor de 42.259,29EUR referente à Escola Profissional INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, ano 2014.

DESCRIÇÃO	Anos		Variação
	2021	2020	
PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO			
Prazo Médio de pagamento a Fornecedores C/C	52	56	-4

Ao nível dos pagamentos a fornecedores, foi possível reduzir o seu prazo para 52 dias, tendo-se reduzido em 4 dias face a 2020. Releva-se contudo que a Fundação tem um prazo de pagamentos a 60 dias acordado com a empresa GERTAL SA, a qual representa 36,28% do total das dívidas a fornecedores.

2.2.2.3-Endividamento

A análise do endividamento mostra-se igualmente importante, dado reflectir a relação entre o Passivo e o Activo.

DESCRIÇÃO	Anos		Variação
	2021	2020	
Passivo / Activo	64,16%	64,01%	0,15%
Estrutura de Endividamento	44,45%	51,15%	-6,70%

mm 11/1
8

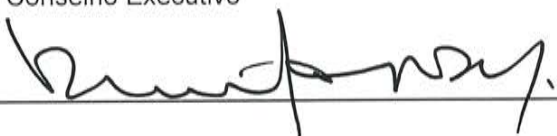
O rácio da estrutura de endividamento revela-nos o peso do Passivo Corrente, constatando-se que em 2021 cerca de 44,45% das dívidas eram correntes e os restantes 54,56% não correntes.

Considera-se estarmos perante uma estrutura de endividamento equilibrada, pese embora não seja de descurar a racionalização e optimização da actividade operacional, prevenindo desta forma a existência ou surgimento de novos contingentes que possam originar desequilíbrios a longo prazo.

3-AFECTAÇÃO DE RESULTADOS

Relativamente ao Resultado Líquido obtido no exercício de 2021 no valor de 18.627,26EUR (dezoito mil, seiscentos e vinte e seis euros e vinte e seis cêntimos), propõe-se que o mesmo seja transferido para resultados transitados no ano seguinte.

O Conselho Executivo



Lisboa, 14 de Abril de 2022



António Silva Leal

FUNDAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Período findo em 31 de Dezembro 2021

BALANÇO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

MAPA DE FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES AOS FUNDOS PATRIMONIAIS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ACTAS E PARECERES

Handwritten signature

FUNDAÇÃO ANTÓNIO SILVA LEAL
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte: 502904879
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2021	31 DEZ 2020
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3.2.1;4;8	1.381.511,47	1.309.701,90
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Activos intangíveis	3.2.4;5;8	65.499,09	64.385,83
Investimentos financeiros	3.2.5; 16.1;	170.405,61	113.131,08
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	3.2.7;16.2;	0,00	0,00
Outros créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		1.617.416,17	1.487.218,81
Activo corrente			
Inventários	3.2.6;7;	4.197,02	5.779,46
Créditos a receber	3.2.7;3.2.11;3.3;16	1.319.435,59	1.394.387,39
Estado e outros entes públicos	16.9;	11.458,75	19.673,90
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	16.2;	0,00	0,00
Diferimentos	3.2.7;16.4;	27.752,54	20.359,13
Outros activos correntes	16.5;	16.380,62	20.547,74
Caixa e depósitos bancários	3.2.7;16.6;	869.204,98	819.822,17
		2.248.429,50	2.280.569,79
		3.865.845,67	3.767.788,60
Total do ativo			
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	3.2.8;16.7;	24.939,89	24.939,89
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas	3.2.8;16.7;	84.660,86	84.660,86
Resultados transitados	3.2.8;16.7;	1.140.086,87	1.073.539,21
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	3.2.8;16.7;	117.187,40	106.410,10
		1.366.875,02	1.289.550,06
Resultado líquido do período	16.7	18.627,26	66.547,66
Total dos fundos patrimoniais		1.385.502,28	1.356.097,72
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	3.2.10;6;	1.377.954,17	1.178.154,59
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		1.377.954,17	1.178.154,59
Passivo corrente			
Fornecedores	3.2.7;16.8;	146.671,49	206.940,72
Estado e outros entes públicos	3.2.11;16.9;	62.206,49	100.795,73
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	16.2;	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	3.2.10;6;	78.799,86	110.631,10
Diferimentos	3.2.10;16.4;	0,00	14.719,58
Outros passivos correntes	3.2.7;16.10;	814.711,38	800.449,16
		1.102.389,22	1.233.536,29
Total do passivo		2.480.343,39	2.411.690,88
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3.865.845,67	3.767.788,60

Contabilista Certificado



Conselho Executivo

Handwritten signature of the Executive Board member and a stamp with the name 'Inês Nori de Oliveira Sdep' and 'António Taveira'.

FUNDAÇÃO ANTÓNIO SILVA LEAL
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte: 502904879

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	8;	1.776.734,80	1.925.410,92
Subsídios, doações e legados à exploração	10;16.11	2.246.588,24	3.946.914,66
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7;8;	-149.744,98	-174.730,76
Fornecimentos e serviços externos	8;16.12	-1.106.646,36	-1.590.690,67
Gastos com o pessoal	8;12;	-2.836.043,16	-4.093.297,85
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8	-6.395,74	-4.600,65
Provisões (aumentos/reduções)	9;	0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)	3.2.9;	0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	8;16.13	284.958,65	267.878,31
Outros gastos	8;16.14	-12.002,82	-19.176,69
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		197.448,63	257.707,27
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4;5;8;	-132.640,18	-157.072,81
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		64.808,45	100.634,46
Juros e rendimentos similares obtidos	8;16.15	0,00	0,00
Gastos e perdas de financiamento	3.2.10;6;8	-46.181,19	-34.086,80
Resultados antes de impostos		18.627,26	66.547,66
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		18.627,26	66.547,66

Contabilista Certificado


220908257
79420

Conselho Executivo


* Inês Mariado Oliveira Sá
* Amélia Taven

FUNDAÇÃO ANTÓNIO SILVA LEAL
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

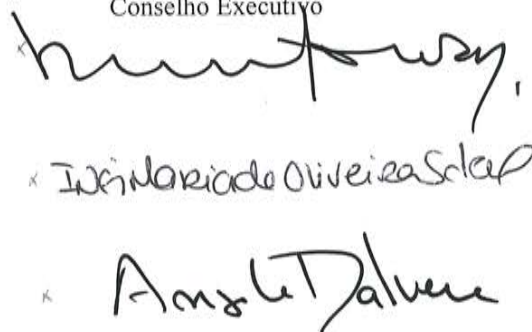
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes	3.2.7;16.3	1.751.566,10	1.898.620,54
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios	3.2.7;	0,00	-102,00
Pagamentos de bolsas	3.2.7;	0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores	3.2.7;	-1.307.454,67	-1.747.913,42
Pagamentos ao pessoal	3.2.7;12	-1.912.711,73	-2.991.349,43
Caixa gerada pelas operações	3.2.7;12	-1.468.600,30	-2.840.744,31
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	3.2.7;10;16.3;	-12,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		1.403.443,52	3.074.502,37
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-65.168,78	233.758,06
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	3.2.1;4;6	-102.820,70	-68.401,71
Ativos intangíveis	3.2.4;	0,00	-4.605,12
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	3.2.1;	32.131,88	39.680,84
Ativos intangíveis	3.2.4;	0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento	10;	0,00	20.000,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-70.688,82	-13.325,99
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	3.2.10;6;	500.000,00	500.000,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações	8;	4.419,40	2.115,00
Outras operações de financiamentos	3.2.10;6	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	3.2.10;6;	-276.188,55	-89.680,08
Juros e gastos similares	3.2.10;6;	-42.990,44	-16.159,52
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		185.240,41	396.275,40
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		49.382,81	616.707,47
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		819.822,17	203.114,70
Caixa e seus equivalentes no fim do período		869.204,98	819.822,17

Contabilista Certificado



Conselho Executivo



FUNDAÇÃO ANTÔNIO SILVA LEAL

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS EM 2020

Contribuinte : 502904879
Moeda : EUROS

Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe												
DESCRIÇÃO	Notas	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transfidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
6	3.2.8.16.7;	24 939,89 €	- €	84 660,86 €	865 300,22 €	- €	- €	947 765,53 €	208 238,99 €	2 130 905,49 €	- €	2 130 905,49 €
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020												
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
Alteração de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização de excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Aplicação de Resultado Líquido												
7	3.2.8.16.7;				208 238,99 €			- 841 355,43 €	- 208 238,99 €	- €		- €
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais												
8	3.2.8.16.7;								66 547,66 €	66 547,66 €		66 547,66 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO												
9=7+8												
RESULTADO EXTENSIVO												
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações												
10	3.2.8.16.7;							- €	- €	- €		- €
11=6+7+8+10												
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2020												
		24 939,89 €	- €	84 660,86 €	1 073 539,21 €	- €	- €	106 410,10 €	66 547,66 €	1 356 097,72 €	- €	1 356 097,72 €

Contribuinte : 502904879
Moeda : EUROS

FUNDAÇÃO ANTÔNIO SILVA LEAL

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS EM 2021

Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe												
DESCRIÇÃO	Notas	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Translados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
6	3.2.8.16.7;	24 939,89 €	- €	84 660,86 €	1 073 539,21 €	- €	- €	106 410,10 €	66 547,66 €	1 356 097,72 €	- €	1 356 097,72 €
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021												
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
Alteração de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização de excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Aplicação de Resultado Líquido												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais												
7	3.2.8.16.7;				66 547,66 €			10 777,30 €	- 66 547,66 €	10 777,30 €	- €	10 777,30 €
8	3.2.8.16.7;								18 627,26 €	18 627,26 €		18 627,26 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO												
RESULTADO EXTENSIVO												
9=7+8												
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações												
10								- €		- €		- €
11=6+7+8+10												
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020												
		24 939,89 €	- €	84 660,86 €	1 140 086,87 €	- €	- €	117 187,40 €	18 627,26 €	1 385 502,28 €	- €	1 385 502,28 €

Contribuinte : 502904879
Moeda : EUROS

Contabilista Certificado

O Conselho Executivo

António Silva Leal
António Silva Leal
António Silva Leal



António Silva Leal
FUNDAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL



Anexo às Demonstrações Financeiras 2021

114
23
8

Índice

1	Identificação da Entidade	iii
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	iii
3	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: ...	iv
3.1	Bases de Apresentação	iv
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	v
3.3	Comparabilidade com as Demonstrações Financeiras do exercício anterior.	xiv
4	Activos Fixos Tangíveis	xv
5	Activos Intangíveis	xvii
6	Custos de Empréstimos Obtidos	xviii
7	Inventários	xviii
8	Rendimentos e Gastos	xix
9	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes	xx
10	Subsídios e outros apoios das Entidades Públicas	xx
11	Instrumentos Financeiros	xxii
12	Benefícios dos empregados	xxii
13	Acontecimentos após data de Balanço	xxii
14	Agricultura	xxiii
15	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	xxiii
16	Outras Divulgações	xxiii
16.1	Operações contratadas pela Entidade com partes relacionadas	xxiii
16.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros ..	xxiv
16.3	Créditos a receber	xxiv
16.4	Diferimentos	xxv
16.5	Outros Instrumentos Financeiros	xxv
16.6	Caixa e Depósitos Bancários	xxv
16.7	Fundos Patrimoniais	xxv
16.8	Fornecedores	xxv
16.9	Estado e Outros Entes Públicos	xxvi
16.10	Outros Passivos Correntes	xxvi
16.11	Outros Passivos Financeiros	xxvi
16.12	Subsídios, doações e legados à exploração	xxvii
16.13	Fornecimentos e serviços externos	xxvii
16.14	Outros rendimentos e ganhos	xxvii
16.15	Outros gastos e perdas	xxvii
16.16	Resultados Financeiros	xxviii

1 Identificação da Entidade

A “FUNDAÇÃO ANTÓNIO SILVA LEAL” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Fundação” com estatutos publicados no Diário da República n.º 277/93, Série II, com sede em Rua Carlos Testa n.º 1, 4.º A, Lisboa. Tem como actividade o desenvolvimento privilegiado de actividades da Segurança Social para que possa prosseguir os seguintes objectivos:

- Promoção e participação em Projectos de Luta contra a Pobreza, visando o desenvolvimento de comunidades locais e grupos alvo;
 - Creches, Jardins de Infância e Centros de Actividades de Tempos Livres;
- Criação, Gestão e Manutenção:
 - Lares para Deficientes e Lares para Crianças e Jovens privados do meio familiar normal e outras situações de risco;
 - Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, Centros de Dia, Serviços de Apoio Domiciliário e assistência para Idosos;
 - Colónias e Centros de Férias para Famílias, idosos, jovens e crianças;
- Prestação de Apoio a familiares de utentes, nomeadamente, no que respeita à orientação e acolhimento;
- Promoção de acções de cooperação e de troca de experiências com Instituições congéneres nacionais e Internacionais;
- Promoção de outras acções no âmbito da Segurança Social, Justiça, Educação, Habitação, Emprego, Ambiente, Saúde, Administração Local, Juventude, Cultura e Desporto;
- Promoção de actividades de Formação Profissional.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);

- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem,

excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os "Activos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra,

quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	n.a.
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	n.a.
Equipamento administrativo	6
Outros Activos fixos tangíveis	n.a.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

A Entidade não possui Bens do património histórico e cultural.

3.2.3 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes activos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efectuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas directamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos activos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do activo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo directo na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respectivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.4 Activos Intangíveis

Os “Activos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	n.a.
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	n.a.
Outros Activos Intangíveis	n.a.

O valor residual de um “Activo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o activo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado activo para este activo, ou
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.5 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efectuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efectuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo, é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, excepto quando o negócio a que esse Goodwill está afecto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Activos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.6 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Fundação adopta como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out). Aos Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os Inventários que a Fundação detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão directamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos os “Instrumentos Financeiros” com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;

- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.



Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Fundação avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Fundação ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Fundação analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Fundação reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Fundação reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Activos Fixos Tangíveis que se encontram na Fundação por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respectivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do activo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o activo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) "As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director - geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas."

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Fundação dos anos de 2014 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.3 Comparabilidade com as Demonstrações Financeiras do exercício anterior

3.3.1 Comparabilidade com as Demonstrações Financeiras 2020

No Balanço, foram reclassificados alguns valores que em 2020 não se encontravam devidamente classificados, designadamente no que respeita a “Créditos a Receber” e “Outros Passivos Correntes”. Desta forma, em 2021 procedeu-se às devidas correcções, conforme quadro abaixo (valores de 2020):

Descrição	2020	2020 reclassificado
Clientes C/C	142,50	142,50
Utentes C/C	33.479,43	33.479,43
Clientes e Utentes de Cobrança Duvidosa	77.868,75	77.868,75
Clientes/Utentes - Perdas por Imparidades Acumuladas	0,00	-77.868,75
Entidades Públicas resultante de Acordos/Protocolos	911.794,08	911.794,08
Entidades Públicas financiadores de Projectos	140.302,43	149.402,43
Poupanças de Utentes	9.069,17	9.069,17
Cauções de Arrendamentos e Garantias	3.403,14	3.403,14
Outros Devedores	296.856,61	296.856,01
Outras Perdas por Imparidades	0,00	-9.759,73
Total	1.472.293,42	1.394.387,39

Descrição	2020		2020 reclassificado	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal - Remunerações a pagar		2.120,88		2.120,88
Adiantamentos de Clientes/Utentes		38.381,66		38.381,66
Clientes/Utentes - Perdas por Imparidades Acumuladas		77.868,75		0,00
Entidades Públicas relacionadas com Acordos/Protocolos		176.458,32		176.458,32
Entidades Públicas Financiadoras de Projectos		0,00		9.100,00
Prestadores de serviços		1.580,38		1.580,38
Poupanças e cauções de utentes		196.194,57		196.194,57
Outros Credores		16.540,79		16.540,79
Perdas por Imparidades		9.759,73		0,00
Remunerações a liquidar		345.019,44		345.019,44
Outros Credores por Acréscimos de		15.053,12		15.053,12

Gastos				
Total	0,00	878.977,64	0,00	800.449,16

4 Activos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Fundação não possui no seu activo Bens do domínio público.

Bens do património histórico, artístico e cultural

A Fundação não possui no seu activo Bens do património, histórico e cultural.

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2020					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	2.407.572,02	1.784,00	0,00	837905,35		1.571.450,67
Equipamento básico	900.794,59	5.224,58	1390,17	145262,14		759.366,86
Equipamento de transporte	452.764,12	61.463,95	60296,78	196658,34		257.272,95
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00			0,00
Equipamento administrativo	558.912,96	9.067,81	18153,47	71173,32		478.653,98
Outros Activos fixos tangíveis	4.355,52	0,00	0,00	729,04		3.626,48
Total	4.324.399,21	77.540,34	79.840,42	1.251.728,19	0,00	3.070.370,94
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	744.033,27	65.144,14	0,00	157864,44		651.312,97
Equipamento básico	798.671,90	36.204,61	1390,17	134830,59		698.655,75
Equipamento de transporte	319.601,18	40.703,99	36178,20	159741,94		164.385,03
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00			0,00
Equipamento administrativo	534.742,41	11.729,99	18078,93	67598,58		460.794,89
Outros Activos fixos tangíveis	4.322,07	33,45	0,00	729,04		3.626,48
Total	2.401.370,83	153.816,18	55.647,30	520.764,59	0,00	1.978.775,12
Investimentos em Curso						218.106,08
Activos Fixos Tangíveis Líquido						1.309.701,90

Descrição	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	1.571.450,67	0,00	0,00	0,00		1.571.450,67
Equipamento básico	759.366,86	29.199,89	0,00	0,00		788.566,75
Equipamento de transporte	257.272,95	149.858,04	40006,34	0,00		367.124,65
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00			0,00
Equipamento administrativo	478.653,98	6.285,93	0,00	0,00		484.939,91
Outros Activos fixos tangíveis	3.626,48	362,85	0,00	0,00		3.989,33
Total	3.070.370,94	185.706,71	40.006,34	0,00	0,00	3.216.071,31
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	651.312,97	42.747,43	0,00	0,00		694.060,40
Equipamento básico	698.655,75	29.179,76	0,00	0,00		727.835,51
Equipamento de transporte	164.385,03	51.673,74	40006,34	0,00		176.052,43
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00			0,00
Equipamento administrativo	460.794,89	7.193,03	0,00	0,00		467.987,92
Outros Activos fixos tangíveis	3.626,48	60,48	0,00	0,00		3.686,96
Total	1.978.775,12	130.854,44	40.006,34	0,00	0,00	2.069.623,22
Investimentos em Curso						235.063,38
Activos Fixos Tangíveis Líquido						1.381.511,47

Investimentos em Curso	Valor Escriturado
Projecto Requalificação Colónia de Férias O BÚZIO	9.041,67
Projecto Requalificação ERPI NS VISITAÇÃO	15.529,20
Projecto ULDM NS VISITAÇÃO	60.478,95
Projecto Moradias Unifamiliares NS VISITAÇÃO	2.909,03
Projecto CAES Albufeira	3.898,28
Bens de Herança	124.737,86
Apartamento Albufeira II	18.468,39
Total	235.063,38

Dos Activos Fixos Tangíveis, encontram-se dados como garantia de passivo três imóveis, todos situados em Faro: o imóvel da Creche MALTA PEQUENA, o imóvel onde é desenvolvida a actividade da Casa Abrigo Masculina PROTECÇÃO PARA TODOS e os escritórios onde se encontram instalados os Serviços Financeiros e de Formação, o que totaliza uma garantia de 995.000€.

Propriedades de Investimento

A Fundação não possui no seu activo propriedades de investimento.

5 Activos IntangíveisBens do domínio público

A Fundação não possui Activos Intangíveis do domínio público.

Outros Activos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2020						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	62.471,03	0,00	3686,46	3093,12		55.691,45
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	193.165,00		117345,00			75.820,00
Total	255.636,03	0,00	121.031,46	3.093,12	0,00	131.511,45
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	62.078,07	339,41	3686,46	3093,12		55.637,90
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	34.191,12	2.917,22	25620,62			11.487,72
Total	96.269,19	3.256,63	29.307,08	3.093,12	0,00	67.125,62
Activos Intangíveis						64.385,83

2021						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	55.691,45	2.899,00	0,00	0,00		58.590,45
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	75.820,00	0,00	0,00			75.820,00
Total	131.511,45	2.899,00	0,00	0,00	0,00	134.410,45
Depreciações acumuladas						

Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	55.637,90	1.019,88	0,00			56.657,78
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	11.487,72	765,86	0,00			12.253,58
Total	67.125,62	1.785,74	0,00	0,00	0,00	68.911,36
Activos Intangíveis Líquido						65.499,09

6 Custos de Empréstimos Obtidos

Encontram-se a decorrer 5 contratos de locações financeiras associados à aquisição de 5 viaturas automóveis, contratualizadas com as instituições BMW Group Financial Services (2) e Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito SA (3).

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2021			2020		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	45.382,55	1.239.208,05	1.284.590,60	72.193,12	972.337,91	1.044.531,03
Locações Financeiras	33.417,31	138.746,12	172.163,43	38.437,98	105.816,68	144.254,66
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas	0,00		0,00	0,00		0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
Total	78.799,86	1.377.954,17	1.456.754,03	110.631,10	1.178.154,59	1.288.785,69

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2021 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2020				2021		
	Inventário inicial	Compras e donativos de bens consumidos	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras e donativos de bens consumidos	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	146.285,62	0,00	0,00	123.348,17	0,00	0,00
Material de Prevenção CoVid-19	0,00	5.779,46	0,00	5.779,46	30.593,83	0,00	4.197,02
Produtos acabados e	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00

intermédios							
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	0,00	152.065,08	0,00	5.779,46	153.942,00	0,00	4.197,02
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				174.730,76			149.744,98
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

8 Rendimentos e Gastos

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2020
Vendas e Prestações de Serviços	1.776.734,80	1.925.410,92
Matrículas e Mensalidades de Utentes	1.721.595,07	1.876.872,91
Jóias e actividades didácticas	60.864,25	52.000,19
Descontos e abatimentos	-22.646,32	-25.806,08
Outras prestações de serviços	16.921,80	22.343,90
Subsídios e legados à exploração	2.246.588,24	3.946.914,66
Juros e Rendimentos Similares	0,00	0,00
Reversões de perdas por imparidade	0,00	0,00
Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	0,00
Outros Rendimentos	284.958,65	267.878,31
Donativos angariados	127.767,57	150.952,63
Rendimentos em subsidiárias	54.927,85	7.882,95
Rendimentos em investimentos não financeiros	2.570,00	10.623,27
Afectação de subsídios para investimentos e de doações de equipamentos	36.311,70	42.866,51
Outros rendimentos suplementares	63.381,53	55.552,95
Total	4.308.281,69	6.140.203,89

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Gastos:

Gastos	2021	2020
Custo das matérias consumidas	149.744,98	174.730,76
Fornecimentos e Serviços Externos	1.106.646,36	1.590.690,67
Subcontratos	366.584,24	664.955,13
Serviços Especializados	154.310,39	197.659,47
Materiais	64.998,61	95.635,37
Energia e Flúidos	143.181,08	199.012,41
Deslocações, Estadas e Transportes	19.541,49	14.042,07
Serviços Diversos	358.030,55	419.386,22
Gastos com Pessoal	2.836.043,16	4.093.297,85
Remunerações dos Órgãos Sociais	189.941,40	180.408,80
Remunerações do Pessoal	2.163.996,14	3.149.371,42
Indemnizações	1.264,83	5.402,63
Encargos sobre Remunerações	436.618,54	660.143,15
Seguros de Acidentes de Trabalho e Outros	24.985,32	70.975,34
Outros Gastos com Pessoal	19.236,93	26.996,51
Gastos de Depreciações e Amortizações	132.640,18	157.072,81

Perdas por Imparidades	6.395,74	4.600,65
Gastos de Financiamento	46.181,19	34.086,80
Juros Suportados	36.125,30	28.930,55
Outros Gastos de Financiamentos	10.055,89	5.156,25
Outros Gastos	12.002,82	19.176,69
Impostos	431,84	548,68
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	114,01	0,00
Gastos em Investimentos não Financeiros	39,34	74,54
Semanadas/Mesadas de Utentes	0,00	17.199,90
Outros Gastos	11.417,63	1.353,57
Total	4.289.654,43	6.073.656,23

9 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2021 e 2020 não foram identificadas situações que resultassem na criação de provisões, nomeadamente processos contra a Fundação.

Passivos contingentes

A Fundação não detém passivos em contingente nos exercícios de 2021 e 2020.

Activos contingentes

A Fundação não detém activos em contingente nos exercícios de 2021 e 2020.

10 Subsídios e outros apoios das Entidades Públicas

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a Fundação tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Estado" e "Apoios do Estado":

Descrição	2021	2020
Subsídios e outros apoios de Entidades Públicas		
Infância e Juventude	872.255,39	2.515.972,93
Creche	599.260,03	777.011,36
Pré-escolar	272.995,36	301.688,26
Lares de crianças e jovens e apartamentos de autonomização	0,00	852.087,06
Centros de acolhimento/alojamento de emergência	0,00	585.186,25
Família e Comunidade	88.541,88	480.221,30
Centros comunitários	0,00	110.094,60
Refeitórios sociais	66.480,00	62.396,60
Casas abrigo	0,00	235.050,41
Cantinas sociais	0,00	26.220,00
Apoios psicossociais	22.061,88	21.295,20
Dinâmicas Locais de Base Comunitária (DLBC)	0,00	25.164,49
Terceira idade	488.817,70	482.336,37
Estruturas residenciais para idosos	365.205,18	351.282,78
Centros de dia	18.333,22	27.635,88
Serviços de apoio domiciliário	105.279,30	103.417,71

Saúde	215.996,51	213.919,63
Unidades de cuidados continuados	215.996,51	213.919,63
Educação e formação	238.484,36	117.997,76
Formação Vida Activa	-347,08	61.093,12
Bolsa de Entidades Formadoras Externas	43.639,71	14.707,18
Estágios Profissionais e outros Incentivos ao Emprego	195.191,73	42.197,46
Outros Subsídios	342.492,40	136.466,67
Autarquias	261.809,58	41.680,42
POAPMC	765,02	-1.138,72
Apoios no âmbito da CoVid-19	79.917,80	95.924,97
Doações e Heranças	0,00	0,00
Total de Subsídios à Exploração	2.246.588,24	3.946.914,66
Subsídios ao investimento	30.302,73	36.372,60
PIDDAC/95 - Centro infantil O Búzio	2.468,11	2.468,16
PIDDAC/95 - ATL O Búzio	1.451,25	1.451,28
PIDDAC/96 - Centro Infantil O Búzio	483,75	483,72
POEFDS - Casa Abrigo	2.065,02	2.065,08
PAFI/2015 - Município de Sintra - Aquisição de Equipamento	0,00	695,88
PAFI/2016 - Município de Sintra - Substituição de pavimento	756,25	907,56
PAFI/2017 - Município de Sintra - Manutenção de equipamento	622,17	622,20
PAFI 2018 - Município de Sintra - Quinta do Oitão	604,17	604,20
PAFI 2019 - Município de Sintra - Quinta do Oitão	238,33	238,32
PARES - Construção Creche Malta Pequena	3.071,58	3.071,64
Município de Faro - Construção Creche Malta Pequena	1.875,43	1.875,48
Município de Leiria - Aquisição de equipamento informático	0,00	1.574,56
CIG - Apoio a obras Casa Abrigo	0,00	1.492,06
POPH - Equipamento financiado	0,00	0,00
Cozinha central do Parque Social	16.666,67	16.666,68
Doações e contribuições	6.133,15	6.174,68
Direito de superfície terreno Guia Lar N. Sra. Visitação	765,86	765,84
Direito de superfície terreno Faro Creche Malta Pequena	3.438,04	3.438,00
Campanha de angariação BPI Lar N. Sra. Visitação	1.486,76	1.486,80
Donativo equipamento informático J.P. Sá Couto	0,00	76,16
Material médico-hospitalar Quinta do Oitão	209,98	264,96
Material hoteleiro Quinta do Oitão	41,67	41,64
Equipamento básico Quinta do Oitão	66,66	66,60
Equipamento LCD CAE	124,18	34,68

Total Imputação Subsídios e Doações	36.435,88	42.547,28
--	------------------	------------------

11 Instrumentos Financeiros

A Fundação não realizou operações em moeda estrangeira nos exercícios de 2021 e 2020.

12 Benefícios dos empregados

O número de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2021 e 31/12/2020 foi de 168 e 269, respectivamente.

Os gastos que a Fundação incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações aos Órgãos Sociais	189.941,40	180.408,80
Remunerações ao pessoal	2.163.996,14	3.149.371,42
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	1.264,83	5.402,63
Encargos sobre as Remunerações	436.618,54	660.143,15
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	24.985,32	70.975,34
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	19.236,93	26.996,51
Total	2.836.043,16	4.093.297,85

13 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2021.

No que respeita a impactos externos após o encerramento do período, destacam-se algumas restrições e necessidades de contenção relacionadas com a pandemia COVID-19, embora menos severas do que o verificado em 2020 e 2021 e com evidentes expectativas de irem sendo progressivamente aligeiradas, com o desejado regresso à normalidade.

De relevar ainda o início da guerra na Ucrânia, que perdura até à elaboração do presente anexo, e o qual provoca, para além de toda a instabilidade e incerteza inerente a este tipo de conflito, pressões inflacionistas nos preços de matérias primas que se repercutem na generalidade dos preços e, assim, na quebra do poder de compra.

Ainda assim, não se prevê que estes factores exógenos ponham em causa a sustentabilidade e continuidade da Fundação.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2021 foram aprovadas pelo Conselho Executivo em 14 de Abril de 2022.

14 Agricultura

Nesta matéria, nada há a assinalar.

15 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Fundação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Fundação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários facturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2021 e 2020, foram de 6.000€, acrescido de IVA à taxa normal em vigor, em cada um dos períodos.

16 Outras Divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

16.1 Operações contratadas pela Entidade com partes relacionadas

Nos períodos de 2021 e 2020, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

A Fundação criou em 2014 a sociedade FUTURALFABETO – Educação e Formação, Lda., cujo capital social de 25.000€ é integralmente detido por esta, com o objectivo de transferir o estabelecimento Instituto Desenvolvimento Social (IDS) para aquela empresa, situação que se verificou em 01 de Janeiro de 2015. Na contabilização deste Investimento Financeiro, foi utilizado o Método de Equivalência Patrimonial (MEP), sendo que o valor inscrito corresponde ao valor do Capital Próprio daquela subsidiária, isto é, o Capital Social de 25.000€ investido acrescido do somatório dos resultados líquidos dos exercícios, o qual correspondia em 2021 a 141.345,16€.

Descrição	2021	2020
Capital da subsidiária	25.000,00	25.000,00
Capital social da subsidiária	25.000,00	25.000,00
Reservas da subsidiária	1.135,21	1.135,21
Reservas legais da subsidiária	1.135,21	1.135,21
Resultados transitados da subsidiária	52.399,15	52.399,15
Resultados transitados da subsidiária	52.399,15	52.399,15
Resultado líquido do exercício da subsidiária	54.927,85	7.882,95
Total do Capital Próprio da Subsidiária	141.345,16	86.417,31
Participação da Fundação no Capital da	100%	100%

Subsidiária		
Aplicação do MEP	141.345,16	86.417,31

O valor inscrito no item Investimentos noutras empresas corresponde a uma participação na Caixa Agrícola. Relativamente aos outros investimentos financeiros, estes correspondem ao Fundo de Compensação do Trabalho e ao Fundo de Reestruturação do Sector Solidário.

Descrição	2021	2020
Investimentos em subsidiárias	141.345,16	86.417,31
Método de Equivalência Patrimonial	141.345,16	86.417,31
Outros Métodos	0,00	0,00
Empréstimos concedidos a subsidiárias	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	500,00	500,00
Outros investimentos financeiros	28.560,45	26.213,77
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	170.405,61	113.131,08

16.2

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Em 2021 e 2020, não existe nada a assinalar nestas rubricas.

16.3 Créditos a receber

A rubrica "Créditos a Receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Clientes C/C	0,00	142,50
Utentes C/C	31.928,50	33.479,43
Clientes e Utentes de Cobrança Duvidosa	77.935,41	77.868,75
Clientes/Utentes - Perdas por Imparidades Acumuladas	-77.935,54	-77.868,75
Entidades Públicas resultante de Acordos/Protocolos	903.044,77	911.794,08
Entidades Públicas financiadores de Projectos	0,00	149.402,43
Poupanças de Utentes	4.454,21	9.069,17
Cauções de Arrendamentos e Garantias	0,00	3.403,14
Outros Devedores	389.767,97	296.856,01
Outras Perdas por Imparidades	-9.759,73	-9.759,73
Total	1.319.435,59	1.394.387,39

16.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Activo		
Gastos a Reconhecer	27.752,54	20.359,13
Total	27.752,54	20.359,13
Passivo		
Rendimentos a Reconhecer	0,00	14.719,58
Total	0,00	14.719,58

16.5 Outros Instrumentos Financeiros

A Fundação não deteve outros activos financeiros nos exercícios de 2021 e 2020.

16.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2021	2020
Caixa	3.701,52	10.181,46
Depósitos à ordem	865.503,46	809.640,71
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
Total	869.204,98	819.822,17

Realça-se que todos os valores monetários estão disponíveis para uso.

16.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	24.939,89	0,00	0,00	24.939,89
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	84.660,86	0,00	0,00	84.660,86
Resultados transitados	1.073.539,21	66.547,66	0,00	1.140.086,87
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	106.410,10	47.213,18	36.435,88	117.187,40
Resultado Líquido do Exercício	66.547,66	18.627,26	66.547,66	18.627,26
Total	1.356.097,72	132.388,10	102.983,54	1.385.502,28

16.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	144.050,35	195.697,26
Fornecedores de Investimentos	2.621,14	11.243,46
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00

Total	146.671,49	206.940,72
--------------	-------------------	-------------------

16.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	11.458,75	19.511,46
Retenções na fonte IRS/IRC	0,00	162,44
Segurança Social	0,00	0,00
Caixa Geral de Aposentações	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	11.458,75	19.673,90
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	633,65	1.079,82
Retenções na fonte IRS/IRC	15.421,67	21.328,17
Segurança Social	46.151,17	78.387,74
Caixa Geral de Aposentações	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	62.206,49	100.795,73

Os valores que constam no Passivo relativo a Retenções na Fonte (IRS/IRC) e Segurança Social correspondem a montantes liquidados em Janeiro de 2019.

16.10 Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros Passivos Correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal - Remunerações a pagar		998,77		2.120,88
Adiantamentos de Clientes/Utentes		25.353,82		38.381,66
Entidades Públicas relacionadas com Acordos/Protocolos		11.322,98		176.458,32
Entidades Públicas Financiadoras de Projectos		26.810,00		9.100,00
Prestadores de serviços		306,08		1.580,38
Poupanças e cauções de utentes		150.542,76		196.194,57
Outros Credores		202.142,74		16.540,79
Remunerações a liquidar		386.866,70		345.019,44
Outros Credores por Acréscimos de Gastos		10.367,53		15.053,12
Total	0,00	814.711,38	0,00	800.449,16

16.11 Outros Passivos Financeiros

Nos exercícios 2021 e 2020, a Fundação não deteve outros passivos financeiros.

16.12 Subsídios, doações e legados à exploração

A Fundação reconheceu, nos períodos de 2021 e 2020, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2021	2020
Subsídios do Estado e outros entes públicos	2.246.588,24	3.946.914,66
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	2.246.588,24	3.946.914,66

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

16.13 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Subcontratos	366.584,24	664.955,13
Serviços especializados	154.310,39	197.659,47
Materiais	64.998,61	95.635,37
Energia e fluidos	143.181,08	199.012,41
Deslocações, estadas e transportes	19.541,49	14.042,07
Serviços diversos	358.030,55	419.386,22
Total	1.106.646,36	1.590.690,67

16.14 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Donativos angariados	127.767,57	150.952,63
Outros rendimentos suplementares	2.567,99	4.100,82
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	54.927,85	7.882,95
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	2.570,00	10.623,27
Imputação de subsídios para investimentos	36.311,70	42.866,51
Outros rendimentos e ganhos	60.813,54	51.452,13
Total	284.958,65	267.878,31

16.15 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos indirectos	431,84	548,68
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos	114,01	0,00

financeiros		
Gastos e perdas investimentos não financeiros	39,34	74,54
Semanadas e mesadas a utentes internos	0,00	17.199,90
Donativos concedidos	0,00	1.302,01
Outros Gastos e Perdas	11.417,63	51,56
Total	12.002,82	19.176,69

16.16 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	36.125,30	28.930,55
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	10.055,89	5.156,25
Total	46.181,19	34.086,80
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-46.181,19	-34.086,80

Lisboa, 14 de Abril de 2022

O Contabilista Certificado


 220908257
 79420

O Conselho Executivo


 João Ricardo Oliveira Sá
 Ana Letícia

Ata n.º 281

Aos catorze dias do mês de Abril do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu o Conselho Executivo da Fundação António Silva Leal, pessoa coletiva número, quinhentos e dois, novecentos e quatro, oitocentos e setenta e nove, na sua Sede Nacional, sita na Rua Carlos Testa, número um, quarto andar A, em Lisboa, estando presentes a totalidade dos membros que compõem o Conselho, Valdemar Estevens Romba Saleiro – Presidente, Inês Maria de Oliveira Saleiro – Director Executivo e Ângela dos Reis e Moura Branco Malveiro - Director Executivo. _____

Tem a presente reunião como **ponto único** na sua ordem de trabalhos: _____

Ponto Único – Análise e Aprovação das contas do ano de dois mil e vinte e um. _____

A Administradora Financeira apresentou exaustivamente as contas do ano de dois mil e vinte e um, com resultado antes de impostos, depreciações e amortizações (EBITDA) positivo de 197.448,63€ (cento e noventa e sete mil, quatrocentos e quarenta e oito euros e sessenta e três centimos) e resultado líquido do exercício de 18.627,26€ (dezoito mil, seiscentos e vinte e sete euros e vinte e seis centimos). Em termos de balanço, apresenta um Activo de 3.953.540,94€ (três milhões, novecentos e cinquenta e três mil, quinhentos e quarenta euros e noventa e quatro centimos), um total de Fundos Patrimoniais de 1.385.502,28€ (um milhão, trezentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e dois euros e vinte e oito centimos) e de Passivo o valor de 2.568.038,66€ (dois milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, trinta e oito euros e sessenta e seis centimos). _____

Após a análise das contas, o Conselho Executivo aprovou as mesmas e deliberou a transferência do resultado do exercício para resultados transitados. _____

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada e lavrada a presente ata, que depois de lida foi assinada pelos presentes. _____

Valdemar Estevens Romba Saleiro



Inês Maria de Oliveira Saleiro



Ângela dos Reis e Moura Branco Malveiro





Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associados Oficiais de Contas, Lda.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Fundação António Silva Leal (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de € 3.865.846 (três milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e seis euros) e um total de fundos patrimoniais de € 1.385.502 (um milhão, trezentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e dois euros), incluindo um resultado líquido de € 18.627 (dezoito mil, seiscentos e vinte e sete euros)), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Fundação António Silva Leal em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Sede:

Campo Grande, 380 - lote 3C - Piso 0
Escritório B, 1700 - 097 Lisboa
Tel. 217 575 950/917 Fax. 217 574 037

Escritório:

Rua Manuel Jacinto - lote 31, R/C
Ap. 155 - Bairro do Salvador - Sítio da Nazaré, 2450 - 071 Nazaré
Tel/Fax: 262 382 991





Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associados, Lda. 

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão e atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

Sede:

Campo Grande, 380 - lote 3C - Piso 0
Escritório B, 1700 - 097 Lisboa
Tel. 217 575 950/917 Fax. 217 574 037

Escritório:

Rua Manuel Jacinto - lote 31, R/C
Ap. 155 - Bairro do Salvador - Sítio da Nazaré, 2450 - 071 Nazaré
Tel/Fax: 262 382 991



Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associados, Oficiais de Contas, Lda.

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão e atividades com as demonstrações financeiras.

Sede:

Campo Grande, 380 - lote 3C - Piso 0
Escritório B, 1700 - 097 Lisboa
Tel. 217 575 950/917 Fax. 217 574 037

Escritório:

Rua Manuel Jacinto - lote 31, R/C
Ap.155 - Bairro do Salvador - Sítio da Nazaré, 2450 - 071 Nazaré
Tel/Fax: 262 382 991





Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associados Oficiais de Contas, Lda.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão e atividades

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 26 de abril de 2022,

ABC - AZEVEDO RODRIGUES, BATALHA COSTA & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 115
Registada na C.M.V.M. sob o número 20161434

representada pelo sócio
José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues
ROC n.º 681 CMVM n.º 20160322

Sede:

Campo Grande, 380 - lote 3C - Piso 0
Escritório B, 1700 - 097 Lisboa
Tel. 217 575 950/917 Fax. 217 574 037

Escritório:

Rua Manuel Jacinto - lote 31, R/C
Ap. 155 - Bairro do Salvador - Sítio da Nazaré, 2450 - 071 Nazaré
Tel/Fax: 262 382 991



Parecer do Conselho Fiscal da Fundação António Silva Leal

Aos vinte e sete dias do mês de Abril do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu o Conselho Fiscal da Fundação António Silva Leal, pessoa colectiva número, quinhentos e dois, noventa e quatro, oitocentos e setenta e nove, na sua Sede Nacional, sita na Rua Carlos Testa número um, quarto andar A, em Lisboa, estando presentes os seguintes membros, Ana Rosa Soeiro Fernandez da Silva, Presidente, Zaina dos Reis e Moura de Branco Malveiro, Vice-Presidente e Francisco Eduardo de Oliveira Saleiro, Relator. _____

Tem a presente reunião como **ponto único** na sua ordem de trabalhos: _____

Ponto Único - Dar parecer sobre o Relatório Anual e Contas de Gerência do exercício de 2021, prestadas pelo Conselho Executivo. _____

Tendo por base a Certificação Legal de Contas efectuada pela empresa ABC, Azevedo Rodrigues, Batalha e Costa - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e complementado pela informação financeira constante no Relatório e Contas, nomeadamente Balanço, Demonstração de Resultados por Naturezas, Demonstração das Alterações dos Fundos Patrimoniais, Mapa de Fluxos de Caixa e respectivo anexo, merecendo especial destaque os seguintes elementos:

1. Conforme o exposto no Relatório de Actividades e Contas e Certificação Legal de Contas, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada os resultados das operações da Instituição no respectivo exercício; _____
2. Da análise da estrutura de gastos, verifica-se que os fornecimentos e serviços externos e os gastos com pessoal representam 25,80% e 66,11%, respectivamente, da totalidade dos gastos; _____
3. O Balanço evidencia um Total de Fundos Patrimoniais de 1.385.502,28€ (um milhão, trezentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e dois euros e vinte e oito cêntimos); _____
4. A Demonstração de Resultados por Natureza apresenta um resultado líquido positivo no valor de 18.627,26€ (dezoito mil, seiscentos e vinte e sete euros e vinte e seis cêntimos). _____

Nos termos dos Estatutos da Fundação António Silva Leal, o Conselho Fiscal dá parecer favorável ao Relatório de Actividades e Contas do exercício de dois mil e vinte e um, o qual entende dever ser aprovado. _____

Nada mais havendo a tratar nesta reunião, foi a mesma encerrada tendo sido lavrada a presente acta que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos membros presentes. _____

Ana Rosa Soeiro Fernandez da Silva

Ana Rosa Soeiro Fernandez da Silva

Zaina dos Reis e Moura de Branco Malveiro

Zaina dos Reis e Moura de Branco Malveiro

Francisco Eduardo de Oliveira Saleiro

Francisco Eduardo de Oliveira Saleiro

Acta n.º 105

Aos vinte e oito dias do mês de Abril do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu o **Conselho de Administração da Fundação António Silva Leal**, pessoa coletiva número, quinhentos e dois, novecentos e quatro, oitocentos e setenta e nove, na sua Sede Nacional, sita na Rua Carlos Testa, número um, quarto andar A, em Lisboa, estando presentes os seguintes membros que compõem o Conselho de Administração, António do Carmo Branco Malveiro, Presidente, Valdemar Estevens Romba Saleiro, Vice-Presidente e Vogais, Ângela dos Reis e Moura Branco Malveiro, Célia Maria Gonçalves Silvestre e Inês Maria de Oliveira Saleiro. _____

Tem a presente reunião como **ponto único** da ordem de trabalhos: _____

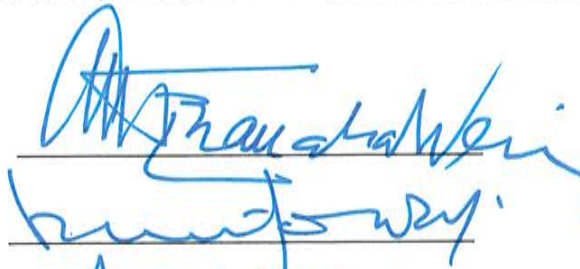
Ponto Único – Apreciação e Votação do Relatório de Actividades e Contas de Gerência do ano de dois mil e vinte e um. _____

Tendo como base a Certificação Legal de Contas efectuada pela empresa ABC, Azevedo Rodrigues, Batalha e Costa – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, o Parecer do Conselho Fiscal e complementado pela informação financeira constante no Relatório e Contas, nomeadamente Balanço, Demonstração de Resultados por Natureza, Mapa de Demonstração de Alterações dos Fundos Patrimoniais, Mapa de Fluxos de Caixa e Anexo, os quais foram analisados e apreciados. _____

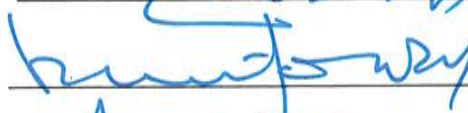
Nos termos do artigo vigésimo, alínea c) dos Estatutos da Fundação António Silva Leal, o Conselho de Administração apreciou e votou favoravelmente o Relatório de Actividades e Contas do exercício de dois mil e vinte e um. _____

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada e lavrada a presente acta que depois de lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. _____

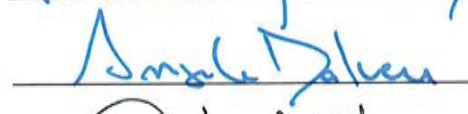
António do Carmo Branco Malveiro



Valdemar Estevens Romba Saleiro



Ângela dos Reis e Moura B. Malveiro



Célia Maria Gonçalves Silvestre



Inês Maria de Oliveira Saleiro

